

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Michel Felipe Moraes Mesalira

Os militares e as eleições de 2018: o protagonismo político dos oficiais reservistas através do estudo da Revista do Clube Militar

Florianópolis

2023

Michel Felipe Moraes Mesalira

Os militares e as eleições de 2018: o protagonismo político dos oficiais reservistas através do estudo da Revista do Clube Militar

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mesalira, Michel Felipe Moraes

Os militares e as eleições de 2018 : o protagonismo político dos oficiais reservistas através do estudo da Revista do Clube Militar / Michel Felipe Moraes Mesalira ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2023.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Militares. 3. Eleições. 4. Clube Militar. 5. 2018. I. Machado, Paulo Pinheiro . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas no Laboratório de História Social do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Marcio Roberto Voigt, Titular da Banca, designados pela Portaria nº 46/2023/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Michel Felipe Moraes Mesalira**, subordinado ao título: **”Os militares e as eleições de 2018: a campanha política da reserva do Clube Militar”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 10, do Professor Marcio Voigt a nota final 10, sendo aprovado com a **nota final 10**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 7 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 07/12/2023 20:08:00-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Marcio Roberto Voigt



Documento assinado digitalmente

Marcio Roberto Voigt

Data: 07/12/2023 21:15:42-0300

CPF: ***.645.999-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Michel Felipe Moraes Mesalira



Documento assinado digitalmente

Michel Felipe Moraes Mesalira

Data: 08/12/2023 11:03:58-0300

CPF: ***.807.249-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico **Michel Felipe Moraes Mesalira**, matrícula n.º 18101270, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Os militares e as eleições de 2018: o protagonismo político dos oficiais reservistas através do estudo da Revista do Clube Militar**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de Dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 12/12/2023 11:37:05-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador prof. Dr Paulo Pinheiro Machado

Para Cristiane Grümme e Adriano Lima

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos anos como bolsista de iniciação científica. Os R\$ 400,00 recebidos mensalmente, sobretudo entre 2018 e 2019, pagaram milagrosamente as conduções, alguns livros velhos e incensos comprados nas imediações da universidade, o pão com almôndega no bar do Silvinho e algumas cervejas. Agradeço ao professor Paulo Pinheiro Machado por orientar a pesquisa e pelos seus ensinamentos que me fazem admirá-lo como professor, pesquisador e como ser humano. Ao professor Márcio Voigt por participar da banca de defesa e trazer suas sugestões e comentários para este trabalho. Ao Milano e Cristiane que trabalham na secretaria do curso e orientam estudantes perdidos, confusos, desinformados e desatentos às regulamentações do curso, da universidade e do estado.

Agradeço ao Rafael pela amizade e por ser a pessoa com quem dividi minhas alegrias e minhas angústias. À Gleici Kelly, a quem admiro e que, apesar de distante, quero sempre ter por perto. Ao Ian, pela parceria e longas conversas antropsicosociohistóricomusicais. À Kelim, Jackson e Juliana, com quem mais aprendi nestes últimos anos sobre ser professor e como pensar a educação com entusiasmo e alegria. À Michele, a eterna tropicalista, pelas conversas, vinhos e canções. Ao Marcelo, pelo seu modo *sui generis* de ver o mundo através da música. À Alice, por resistir aos anos como uma querida amiga dos Rolês Históricos. À Carolina, não só pelo janeiro de 2022 mais alcoólico das nossas vidas, mas por dividir o mesmo rigor militar nas tarefas domésticas.

À Janira, exemplo de educadora que inspira pela sua organização e profissionalismo. À Cristiane e Adriano, meus mestres que se tornaram amizades que levamos para a vida toda. São eles na epígrafe, e por isso merecem uma ou duas linhas a mais que o padrão aqui estabelecido. Foram os responsáveis por eu sonhar em ser professor e querer um dia entrar num curso de história. As incontáveis vezes que dividimos a mesa para intermináveis conversas filosóficas e descontraídas e o apoio nos momentos mais difíceis me mostraram o que é generosidade e o verdadeiro sentido da amizade. Há ainda a D. Estela, Lino, Thais, Milezzi, João... Todos vocês estão no meu coração. Entretanto, um lugar especial dele está reservado para o meu amor, Pâmela. Ela me aturou falar um ano inteiro sobre os milicos (e o Corinthians!). Em troca, descobri do que o fenômeno Taylor Swift é capaz. Um casal perfeito.

Agradeço a todos vocês. Espero que leiam os agradecimentos. É muito alto o percentual de amigos que desconhecem o fato de terem sido lembrados em sessões como essa. Eu, constantemente, sou esse amigo.

RESUMO

A pesquisa busca investigar a participação e influência dos militares nas eleições de 2018 a partir da revista do Clube Militar. O problema analisado é a campanha não oficial construída pelos militares da reserva. Ao longo da pesquisa, apresentamos as ações que aconteceram em 2018 dentro do Clube Militar, quem era esse grupo de oficiais da reserva e as articulações entre reserva e ativa. As principais fontes analisadas foram os textos dos reservistas presentes nas edições da revista do Clube Militar de 2018 e o livro de memórias do comandante Villas Bôas. De forma secundária, são utilizados alguns artigos publicados no Eblog, matérias de jornais, leis, pesquisas de opinião, entrevistas e apresentações disponíveis no YouTube. A partir disso, é realizada uma interlocução com outras pesquisas do campo da história, ciência política, sociologia e jornalismo. Como resultados, os indícios mostram uma complexa organização dos militares para atuarem como ativistas digitais em 2018, um fenômeno de aproximação entre a caserna e grupos de direita e a construção de um discurso negacionista sobre as urnas eletrônicas e o papel desempenhado pelo TSE durante as eleições.

Palavras-chave: Militares; Eleições; Clube Militar.

ABSTRACT

The research seeks to investigate the participation and influence of the military in the 2018 elections based on the Clube Militar magazine. The problem analyzed is the unofficial campaign built by reserve soldiers. Throughout the research, we presented the actions that took place in 2018 within the Military Club, who this group of reserve officers were and the connections between reserve and active duty. The main sources analyzed were the texts of the reservists present in the 2018 editions of the Clube Militar magazine and the memoirs of commander Villas Bôas. Secondly, some articles published on Eblog, newspaper articles, laws, opinion polls, interviews and presentations available on YouTube are used. From this, a dialogue is carried out with other research in the field of history, political science, sociology and journalism. As a result, the evidence shows a complex organization of the military to act as digital activists in 2018, a phenomenon of rapprochement between the barracks and right-wing groups and the construction of a denialist discourse about electronic voting machines and the role played by the TSE during the elections.

Keywords: Military; Elections; Military Club.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eleições no Clube Militar	p. 25
Figura 2 – Carteirinha de associado de Bolsonaro	p. 69
Figura 3 – Carteirinha de associado de Mourão	p. 70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade dos oficiais da reserva em 2018	p. 44
Tabela 2 – Turmas dos oficiais da reserva	p. 47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cel – Coronel

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Gal – General

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p. 16
2 O CLUBE MILITAR	p. 22
2.1 UM PERFIL DA REVISTA DO CLUBE MILITAR.....	p. 29
2.2 A REVISTA DO CLUBE MILITAR, A CAMPANHA NÃO OFICIAL E OS INDÍCIOS DE COOPERAÇÃO INTRA-GRUPOS DE DIREITA.....	p. 39
2.3 VILLAS BÔAS E A ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO.....	p. 38
2.4 QUEM SÃO OS MILITARES QUE ESCREVEM	p. 43
3 MILITARES E ELEIÇÕES DE 2018.....	p. 49
3.1 O DISCURSO NEGACIONISTA.....	p. 61
3.2 AS URNAS ELETRÔNICAS E O TSE.....	p. 63
4 CONCLUSÃO.....	p. 69
FONTES	p. 73
REFERÊNCIAS.....	p. 75

1 INTRODUÇÃO

Decidi escrever uma pesquisa sobre os militares e as eleições de 2018 depois de um acontecimento marcante. No domingo, oito de janeiro de 2023, uma multidão vestida de verde-amarelo entrou sem dificuldades na Praça dos Três Poderes. Fato inédito na história do país, as sedes do Senado, Congresso, Executivo e STF foram invadidas e depredadas por aqueles que estavam aquartelados desde o desfecho das eleições em outubro de 2022. Nas primeiras horas, alguns jornalistas que cobriam o fato mostravam surpresa e tentavam achar um nome para aquilo. Seria um ato terrorista? Um movimento da extrema-direita reativo ao retorno de Lula à presidência? Uma “Intentona bolsonarista” cujos líderes financiadores esperavam trazer de volta o estado de caos ao país? Uma tentativa de golpe? Como tratar quem invadiu e depredou?

Entre a multidão, militares da ativa e da reserva. A conspiração dos fardados parecia o resultado da sua presença nos governos Temer e Bolsonaro. Eram sinais claros do alinhamento militar em torno de um projeto especial de poder que havia sido construído, apesar das divergências internas que episodicamente eram percebidas. Em fevereiro de 2022, para se ter ideia, tomados de coragem, publicaram junto com os institutos Sagres, Federalista e General Villas-Bôas um documento formal chamado *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*. Estavam há cerca de seis anos no governo federal e, aparentemente, acreditavam na continuidade das Forças Armadas em cargos civis e em altos postos políticos. A derrota de Bolsonaro para Lula nas eleições de 2022 abreviou o projeto dos militares e a agenda conservadora que se consolidava nos últimos anos.

Dentro desse contexto, queria construir uma pesquisa que dialogasse com a literatura produzida recentemente sobre os militares na política. Meu interesse era entender com as lentes do presente o que havia acontecido para o exército decididamente retornar como um ator político relevante. Não queria olhar para os problemas da transição da ditadura militar. Como uma parcela da historiografia indica, talvez esteja na transição a origem do mal estar entre a Nova República e as Forças Armadas. Sondei outras questões, como a formulação da constituinte de 1988, os serviços de inteligência formados na ditadura militar e sobreviventes nos anos 1990, a criação do Ministério da Defesa e a memória dos militares sobre a ditadura no tempo presente. São temas importantes, mas alguns já haviam sido densamente discutidos, e em outros parecia que eu já tinha a resposta antes de começar o trabalho.

Lembrei da existência do Clube Militar e sua organização formal e de longa duração na história da república. Essas características me fizeram querer saber o que afinal de contas

os militares haviam dito e feito nestes anos recentes, sobretudo a partir do golpe na ex-presidente Dilma Rousseff.¹ Quando encontrei a revista do Clube Militar, li diferentes edições e percebi que havia muitas possibilidades. A que pensei seriamente em seguir foi a relação entre civis e militares na década de 2010. Mas descartei essa abordagem porque decidi me concentrar no mundo dos militares, e isso por si só me tomaria muito tempo e dedicação. A partir disso, pensei que poderia ser um trabalho sobre a visão dos militares presentes no Clube Militar no que diz respeito a uma infinidade de questões: o golpe de Dilma, a operação Lava-Jato, o governo Temer, a segurança pública nos grandes eventos, a intervenção federal no Rio de Janeiro, a missão militar no Haiti e em outros países, etc. Eram todas interessantes, mas julgava que pela natureza da fonte muitas delas me limitariam a uma auto-percepção do exército acerca da sua atuação, correndo o risco de cair na armadilha de elaborar uma simples transcrição da comunicação oficial feita pela caserna.

Com isso em mente, cheguei em algo que poderia ser mais proveitoso. Tentar explicar a eleição de Bolsonaro em 2018.² Era um ponto de poucos consensos entre os pesquisadores. Tinha a impressão de ler e ouvir muitas opiniões, e por mais inteligentes que fossem, faltava reunir mais dados e materiais. Juntar as peças e montar um xadrez que explicasse a eleição de Bolsonaro me interessava, e fazer isso como historiador, utilizando as ferramentas da história, foi talvez o que me convenceu de vez de que era o certo a se fazer. Foi assim que defini, então, como problema, a participação dos militares da reserva nas eleições de 2018. Eu queria compreender a campanha que sustentou o candidato vencedor a partir de um grupo específico.

Não quero dizer com isso que acredito que a campanha dos militares tenha sido determinante para a eleição de Bolsonaro. Por si só, a campanha é mais ampla que isso. Porém, é um dos aspectos que devem ser pesquisados pelos historiadores e cientistas políticos para entender 2018. Os grupos evangélicos, o antipetismo, a percepção sobre o problema da segurança pública, a antipolítica e a ação de partidos de direita e do centrão são alguns exemplos de temas igualmente importantes para se compreender o que aconteceu naquelas eleições no Brasil.

¹ Utilizo a ideia de golpe pois a aparência parlamentar do *impeachment* representou uma ruptura definitiva das classes políticas com o PT e o modelo de desenvolvimento econômico. No curso do golpe, organizações políticas como PSOL, PCdoB, MTST, MST, CUT, UNE e a ala majoritária do PT usaram abertamente a palavra golpe. Além disso, em março de 2022, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) anulou a condenação de Dilma por improbidade administrativa, ação reforçada, em 2023, pelo TRF-1.

² Jair Bolsonaro (PSL) venceu as eleições de 2018 com 55,13% dos eleitores, num total de 57.797.847 votos. Fernando Haddad (PT) obteve 47.040.906 eleitores, chegando a 44,97%. Votos brancos chegaram a 2,14% (2.486.593 pessoas) e votos nulos alcançaram 7,43% (8.608.105). Disponível em: <https://tinyurl.com/y4j9exao>. Acesso em: 03/09/2023.

As principais fontes analisadas foram os textos dos reservistas presentes nas edições da revista do Clube Militar de 2018. Não compartilho, nem me identifico com as ideias e argumentações deste clube, mas as considero valiosas e significativas para entender o processo que culminou na vitória de um líder da extrema direita. De forma secundária, foram utilizados alguns artigos publicados no Eblog³, matérias de jornais, leis, pesquisas de opinião, entrevistas e palestras de militares nos seus clubes disponíveis no YouTube, além do livro de memórias do comandante Villas Bôas. A partir disso, realizo uma interlocução com outras pesquisas do campo da história, ciência política, sociologia, antropologia e jornalismo, e vejo como um imperativo sair do diálogo endógeno entre historiadores e criar um certo frisson disciplinar (DOSSE, 2015, p. 14) ao se trabalhar dentro do campo da história do tempo presente.⁴ Uma vantagem da história do tempo presente em relação aos seus arquivos é que as fontes ainda não foram hierarquizadas, não se formou nenhum consenso nem decidiu-se o que será importante, o que jogar fora, o que guardar e acumular (DOSSE, 2015, p. 14), e dessa forma o historiador em seu trabalho acresce a função também de intervir antes que outras pessoas definam o que colocar num arquivo e estabeleçam uma classificação documental para tratar sobre diferentes problemas sociais.

Para cumprir o meu objetivo de investigar a participação e a influência dos militares nas eleições de 2018 utilizo, como ponto de partida teórico, a ideia de uma campanha digital ou campanha não oficial (ALVES, 2017). Ela foi formulada no contexto das eleições de 2014 e, como tentarei demonstrar, articula-se de uma maneira singular com a estratégia de comunicação do exército, as particularidades da revista, a visão de mundo dos militares e as experiências acumuladas pelos reservistas dentro do Clube Militar. Por isso, o conceito não explica por si só o fenômeno observado, ele entrelaça-se, como tentarei demonstrar, com os acontecimentos, as ações, os discursos, os tensionamentos e o contexto vivido no ano de 2018.

Apesar das relações que estabeleço com a ativa, e das tentativas de capturar as características dos militares da reserva, o foco da pesquisa é um grupo restrito de oficiais reservistas. Busquei estabelecer diálogo com outros trabalhos acadêmicos para enaltecer algumas aproximações e distanciamentos quanto a esse grupo. Pelo contraste com outros

³ Eblog é o canal oficial da ativa do exército e regulado pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). O Eblog está disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/>. Acesso em 21/11/2023.

⁴ Uso o termo “história do tempo presente”, como ficou notabilizado esse campo da historiografia no Brasil, sabendo que, pelas disputas inerentes a sua construção, também é conhecido como “história do passado recente”, “história atual”, “história viva”, “história do passado vivo” e “história do presente” (DELACROIX, 2018, p. 44). A história do tempo presente, historicamente, foi uma virada na Europa para que se estudasse não só a Idade Média e Moderna, mas os eventos do século XX, sobretudo as grandes guerras, os extermínios de povos e a memória construída desses episódios (DELACROIX, 2018, p. 45-47; DOSSE, 2012; FICO, 2012, p. 47).

militares e seus locais de ação, apostei que seria possível identificá-los melhor. Todavia, não deixo de apontar também alguns elementos que os descrevem e os tornam inteligíveis. Não foi uma questão que fez parte da pesquisa entender o motivo ou a origem da disposição dos militares em atuarem na vida política. A lista de razões para decidirem por si seus próprios caminhos é extensa. José Murilo de Carvalho (2019, p. 254-255) avaliou as declarações públicas do general Hamilton Mourão como motivo para estar “acesa a luz amarela”. E Domingos Neto (2021, p. 22) conseguiu traçar praticamente um plano de pesquisa para explicar esse problema.⁵

Em relação ao grupo de reservistas que delimitam a pesquisa, foi uma preocupação encontrar a turma de formação, patente, atuação em outros segmentos militares, participação em missões especiais, cursos no exterior e histórico recente de declarações e eventuais punições. Quanto aos artigos da revista analisados, investigo a replicação em outros canais, os termos e conceitos utilizados, os elementos de interesse dentro do tema “guarda-chuva” das eleições, o tipo de análise que fazem da conjuntura, o candidato preferido e/ou o rejeitado, a visão sobre as eleições, os eleitores, as urnas eletrônicas e o trabalho do TSE. As respostas estão diluídas ao longo do trabalho.

Organizei a escrita da pesquisa em dois capítulos. No primeiro, apresento brevemente o Clube Militar e depois traço um perfil da revista para o leitor compreender a organização dos reservistas e ser ambientado ao tema; em seguida faço uma apresentação da estratégia de comunicação do exército definida pelo seu comandante, para que sejam evidenciadas algumas conexões importantes entre reserva e ativa, assunto que será essencial durante a apresentação de quem são os oficiais reservistas os quais a pesquisa foi centrada. No segundo capítulo, estudo os conteúdos dos artigos, contextualizando-os com a história das eleições em 2018, sempre buscando visualizar não apenas seus pensamentos sobre o que estava acontecendo, mas suas ações que interferiam na discussão pública e no processo eleitoral. Ao final do

⁵ Ele considera relevante 1) o sistema de recrutamento, 2) a formação dos oficiais e praças, 3) a percepção castrense da sociedade brasileira, 4) a produção literária dos quartéis, 5) a serventia dos colégios militares e dos institutos de excelência como o ITA e o IME, 6) o papel da Escola Superior de Guerra, 7) os códigos disciplinares, 8) o sistema de progressão hierárquica, 9) as clivagens geracionais, 10) o jogo de poder entre as diversas especialidades, 11) os sistemas de saúde e de assistência social, 12) as práticas de compadrio, 13) o peso da endogenia na composição do oficialato, 14) a escolha dos comandantes, 15) a relação do Exército com as forças auxiliares, 16) o papel das aditâncias militares, 17) as relações dos oficiais brasileiros com seus similares estrangeiros, 18) a participação em missões de paz, 19) as práticas de cooperação com outras potências, 20) a relação entre diplomacia e força armada, 21) a produção de material bélico, 22) a condição dos reservistas e reformados, 23) o interesse pelo reconhecimento civil de cursos ofertados nas instituições militares, 24) a disparidade de proventos entre oficiais superiores e praças, 25) a celebração de efemérides, 26) as práticas religiosas nos quartéis, 27) a cultura homofóbica, 28) o racismo, 29) o uso e o contrabando de drogas, 30) a corrupção nas fileiras, 31) os tribunais de justiça corporativa, etc.

capítulo, abordo o negacionismo das urnas eletrônicas dentro da reserva, já às vésperas das eleições.⁶

Como se pode notar, circunscrevo a campanha política da reserva militar em 2018 dentro do campo da história do tempo presente. Essa história “resulta de uma tensão entre, de um lado, o desejo de *perceber o que aconteceu, como aconteceu (...)* e, por outro lado, o *questionamento que emana do presente do historiador*” (DOSSE, 2015, p. 12-13, grifo meu). Portanto, ela está relacionada ao passado e ao que ainda é contemporâneo. Um passado que ainda não passou, deixou marcas e continua fazendo parte dos processos históricos que vivemos (DOSSE, 2012, p. 07-11). É interessante visualizar esse tipo de história do tempo presente enquanto uma história “sob vigilância” de testemunhas vivas que podem contestar os registros históricos nos quais eventualmente não se reconheçam (DELACROIX, 2018, p. 50; DOSSE, 2015, p. 15).

A realidade que abordo pode ser esquecida no futuro, mas hoje a vejo enquanto uma linha de força opaca, quase indistinguível, mas presente na dinâmica histórica do possível (DELACROIX, 2018, p. 72). Os militares possuíam nas vésperas das eleições presidenciais de 2018 intenções que não necessariamente se efetivaram ou produziram grandes efeitos posteriormente, frustrando alguns de seus planos. É bem verdade que não tenho condições aqui de avaliar essa relação. Certamente reuniram experiência para o futuro. Construíram uma forma de atuar frente às eleições e isso lhes deu um novo sentido, assim como interferiu no modo como nós, civis, passamos a nutrir expectativas sobre o que eles fariam e a considerá-los como parte de um processo que em outros países, em outras democracias, seriam simplesmente dispensados.

O golpe na presidente Dilma iniciado em 2015 e concluído em 2016 abriu um fosso de incertezas sobre o futuro do país. O governo interino de Michel Temer e sua posse definitiva foi um corredor contíguo para os impasses e as disputas pelo poder. Os militares foram decisivos nesses episódios. O acúmulo de experiência nos anos de crise pós Dilma e de abalo institucional fez as Forças Armadas continuarem com um projeto conservador em 2018. Não bastou sustentar o governo de Temer. Ao invés de interromperem a sua presença na vida política, dobraram a aposta e decidiram participar e intervir no processo eleitoral de 2018.

⁶ É sempre difícil determinar uma origem para os processos históricos, mas o interesse demonstrado pelos militares pela questão das urnas eletrônicas em 2018 voltaria com mais força ainda em 2022. Talvez fosse o prelúdio do que viria a acontecer. A pressão militar sobre o TSE levou-os a serem “convidados” pelo ministro Luís Roberto Barroso a servirem como espécie de “avalizadores” do processo eleitoral de 2022. Eles seriam responsáveis pela auditoria e inspeção das urnas, além de realizarem um relatório final confirmando ou não a legalidade do processo e do resultado das eleições.

Alguns contam que, nos bastidores, o decreto 8.515/2015 foi decisivo para estabelecer o descrédito do governo de Dilma Rousseff aos olhos de muitos do alto escalão da corporação (VICTOR, 2022, p. 39-40). O decreto transferia para o Ministério da Defesa assuntos inerentes à caserna: os currículos das escolas de formação dos militares e a estrutura de promoção de oficiais. Foi revogado um ano depois, já com Michel Temer na presidência. A interferência do governo petista em temas sensíveis aos militares gerou um descontentamento que só seria aplacado quando Dilma foi retirada do Executivo. Mas antes disso, no final de 2014, já após o fim do pleito à presidência da república, o relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade estremeceu a corporação. Dilma, o PT e a esquerda foram acusados de revanchismo. A memória e a verdade da ditadura militar podiam alimentar um processo de justiça no país, e os militares seguiam vigilantes quanto ao tema.

Esse recuo breve que faço só serve para lembrar que estava sendo mitigado um processo mais longo que estouraria com força e potência em 2018. Foi um ano cuja magnitude se estende aos dias de hoje. A presente monografia é uma tentativa de encontrar respostas para o presente. Como dizia Marc Bloch (2015, p. 43): “(...) não é talvez coisa menos vã esforçarmo-nos a compreender o passado se nada sabemos do presente”.

2 O CLUBE MILITAR

O Clube Militar é uma associação civil fundada ainda no Império, em 1887, com a finalidade de reunir oficiais da ativa e da reserva. Seu primeiro presidente foi Deodoro da Fonseca, o mesmo que assumiria a presidência do país em 15 de novembro de 1889. Sediado na Av. Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro, o Clube conta com outras propriedades na mesma cidade e em Cabo Frio, utilizadas para atividades esportivas e recreativas. O primeiro terreno que serviu como sede foi uma doação do presidente Rodrigues Alves, em 1910. Essas terras, portanto, pertenciam à União. Só em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, através do decreto nº 20.372, elas passariam oficialmente a ser posse do Clube Militar (LAMARÃO, MONTALVÃO, 2020).

O Clube Militar surge do interesse dos militares do Rio de Janeiro em fundar uma associação representativa da categoria, assim como o Clube Naval havia feito anteriormente. Era uma associação desvinculada formalmente do controle hierárquico superior e seus membros participavam voluntariamente. Desde sua fundação, o clube funciona como um espaço de recreação para os militares associados e suas famílias e ao mesmo tempo como um centro de atuação política. Não interessava apenas discutir as questões internas referentes à vida militar, mas também exercer pressão sobre as elites políticas (CERQUEIRA, 2020, p. 33-35).

No interior do Clube Militar alimenta-se uma história que atrela a criação do clube à abolição. Deodoro da Fonseca teria pedido à regente Isabel em 1887 que retirasse do Exército a incumbência de resgatar os negros escravizados fugidos. Essa carta costuma ser reproduzida nas páginas da revista do Clube Militar. No contexto final do século XIX, a Coroa criou uma milícia chamada de Guarda Negra, e como reação a uma possível dissolução do Exército viria à tona uma conspiração militar. Trata-se do golpe do dia 15 de novembro de 1889, data conhecida como o início da República. Neste momento, Deodoro da Fonseca assumia a frente do Estado, mas antes havia presidido o Clube Militar. Mais tarde, em 1922, o clube tornou-se conhecido por contar com jovens oficiais agrupados no que seria conhecido como tenentismo. Capitães, tenentes e cadetes se revoltaram contra a prisão do então líder do Clube Militar, Marechal Hermes da Fonseca, determinada pelo presidente Epitácio Pessoa. Além disso, foi decretado o fechamento por seis meses do Clube Militar. De algum modo, eram militares do baixo oficialato descrentes quanto ao sistema político e ao sistema de votação (CERQUEIRA, 2020, p. 20-24).

Esse sobrevôo rápido pela história do clube, apesar de não dar conta da dimensão

plural do tenentismo, pois existiram vertentes mais radicais, ao menos permite visualizar a partir de alguns elementos importantes a relação e os interesses que existiam pela política nacional e as desventuras que marcam seus associados desde o período do Império e início da República.

No estatuto do Clube (2007), lê-se, dentre alguns objetivos, “promover e incentivar as manifestações cívicas e patrióticas”, “defender os interesses nacionais relevantes” e “colaborar com as Forças Armadas na preservação da memória de seus feitos”. A diretoria do Clube é composta por um presidente, dois vice-presidentes, um diretor-secretário, um diretor-tesoureiro, além de diretores dos departamentos social, cultural, desportivo, cooperativo, de assistência social e imobiliário. Possui também um conselho deliberativo composto por vinte membros efetivos e dez suplentes. Há também um conselho de administração, responsável por reunir diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal. Esses cargos são definidos através de eleições internas, as quais acontecem a cada quatro anos.

Além de oficiais da ativa e da reserva, considerados sócios efetivos, participam do Clube esposas, viúvas, filhos e enteados (sócios vinculados), aqueles que “tenham prestado serviços de mais alta relevância” (sócios beneméritos), oficiais ou civis estrangeiros credenciados pelo Ministério da Defesa (sócios honorários), pessoas de “reconhecida idoneidade” (sócios especiais), ministros togados do Superior Tribunal Militar, procuradores, sub-procuradores e juízes da Justiça Militar (sócios assemelhados), aspirantes da Marinha, cadetes do Exército e da Aeronáutica, alunos do Instituto Militar de Engenharia e de Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas (sócios temporários). Estes sócios gozam de gratuidade na mensalidade. Outras formas de ingresso no Clube somente como sócio vinculado contribuinte. Na edição 471 de 2018 da revista do Clube Militar, o Gal Purper Bandeira, que também era membro do conselho editorial da revista do Clube Militar, dizia existirem mais de 39.000 membros espalhados pelo Brasil.

Os sócios vinculados (viúvas, esposas, filhos e enteados) possuem, aparentemente, poucos poderes práticos dentro do Clube. Podem, conforme o estatuto, apenas utilizar as dependências do Clube para atividades recreativas, esportivas e culturais. Já no período das eleições, apenas os sócios efetivos participam do processo, e o voto é secreto.

O Clube nunca esteve submetido hierarquicamente ao Ministério da Guerra, nem ao Ministério da Defesa. Oporia-se às candidaturas e posses de Juscelino Kubitschek e de João Goulart (CERQUEIRA, 2020, p. 52). Era motivo de orgulho e celebração o fato de ter tido três presidentes do Brasil à frente do Clube: Marechal Deodoro da Fonseca (1889-91), Marechal Hermes da Fonseca (1910-14) e Eurico Gaspar Dutra (1946-51). O General

Hamilton Mourão, para o Clube, representava o retorno dessa tradição em 2018, quase setenta anos depois. Antes de assumir a vice-presidência nas eleições, Mourão foi presidente do Clube Militar, e dividia o seu tempo em diferentes atribuições. Em entrevista, chegou a afirmar: “Queremos formar uma bancada dentro do Congresso. Para, a partir daí, iniciar um processo de mudança no Brasil.”⁷

Na cerimônia de passagem da presidência do Clube Militar ao Gal Hamilton Mourão, estavam presentes Levy Fidelix (PRTB) e Flávio Bolsonaro. A presença do líder do PRTB não era mera coincidência. Mourão se filiaria ao partido para concorrer às eleições de outubro. Consta na revista que a chapa *Consolidar e Modernizar* foi aclamada por unanimidade no pleito eleitoral (CLUBE MILITAR, 2018, n. 469, p. 38). O fato de não serem necessárias eleições já era um sinal importante de consensos internos.⁸

Durante a cerimônia de passagem da presidência do Clube, Gilberto Rodrigues Pimentel discursou: “(...) podemos ver agora, à frente da nova administração, um oficial-general recém-egresso do Alto Comando do Exército, líder incontestado da sua geração, associado de primeira hora” (CLUBE MILITAR, n. 469, 2018, p. 03). Mourão era um elemento importante de articulação entre a ativa e a reserva organizada no Clube Militar. Ele havia entrado na reserva no começo de 2018, e portanto seus laços com a ativa e o alto comando ainda eram fortes. Entrou para a reserva porque tinha ambições especiais em outubro.

⁷ A entrevista com Hamilton Mourão foi realizada pelo O Globo em agosto de 2018, durante a campanha eleitoral. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/sob-mourao-clube-militar-quer-formar-candidatos-de-farda-2299188>. Acesso em 25/04/2023.

⁸ A pretensão vinha do ano anterior. No final de 2017, Mourão manifestou seu desejo de liderar a principal associação da reserva. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/meta-de-mourao-e-presidir-clube-militar/>. Acesso em 01/09/2023.

FIGURA 1 - Eleições no Clube Militar



FONTE: Revista do Clube Militar, n. 469, 2018, p. 38.

Mourão participou de eventos solenes, esteve em salões de artes e bailes de dança que aconteciam nas dependências do Clube. No dia 8 de agosto, informou aos associados do Clube seu aceite para ser vice-presidente na chapa de Bolsonaro. Dividiria, desde então, suas funções. Permaneceu à frente do Clube até 10 de setembro, quando se afastou oficialmente para a campanha presidencial.

Alguns dias depois, foi lançado o manifesto “Para um Brasil melhor”, assinado pelo presidente interino Gal Eduardo José Barbosa, que assumiria em definitivo no mês de dezembro. O manifesto usava o mesmo lema da “Campanha Pela Moralidade Nacional”, lançada em 19 de março de 2015. Na época, as frases do manifesto eram: “não há mais como esperar!”, “algo tem que ser feito!” (CLUBE MILITAR, n. 456, 2015, p. 13). A intenção da campanha era divulgar, semanalmente, no site e Facebook do Clube, textos produzidos por pessoas simpáticas à causa. Eles eram também remetidos por e-mail a todos os associados do Clube e propagados na mídia em geral, buscando, como eles diziam, “a máxima repercussão e adesão”.

A “campanha pela moralidade” era uma parte de um contexto mais amplo para as ações em 2018. O comportamento do Clube nesse ano não era uma singularidade, não estava fora da curva. Oficiais da reserva tinham participado de eventos políticos recentes. Mesmo assim, 2018 marca um ano em que as eleições definiriam os rumos da crise aberta, sobretudo, com o golpe de Dilma Rousseff. Além disso, existia uma estratégia de comunicação do exército, liderada pelo comandante do exército, Gal Villas-Bôas, fundamental para o que

chamo de “campanha não oficial”. Esses elementos colocariam em novos termos as ações dos militares da reserva.

O Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da FGV/CPDOC e outros pesquisadores, como o cientista político Eduardo Heleno Santos (2015), definem o Clube Militar como um “grupo de pressão política”. Essa leitura é interessante à medida que nos distancia um pouco da visão de um partido militar.⁹ Ainda que os oficiais da reserva estabeleçam constantes relações com a ativa, ou seja, não estão alheios ao universo militar, vejo o grupo dos reservistas, ao mesmo tempo, com uma certa independência e organicidade própria. Por isso, a melhor maneira de defini-los é enquanto “grupo de pressão”, reconhecendo as particularidades e as interações com a ativa do exército. Quando chegar o momento de traçar o perfil dos reservistas que escreveram para a revista do Clube Militar voltarei a esse assunto com atenção para mais alguns detalhes importantes.

O cientista político Gianfranco Pasquino (1998, p. 564) conceituou grupos de pressão como “um conjunto de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam, através do uso de sanções ou da ameaça, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político”. São caracterizados pela “possibilidade de organização” e pela “possibilidade de pressionar”. Por essa razão, operam de uma forma mais constante proporcionando a seus membros uma participação mais significativa do que normalmente oferece um partido político (PASQUINO, 1998, p. 569-70).

Entendê-los enquanto “grupo de pressão” também me orienta teórica e metodologicamente. Seria uma visão simplista isolar o Clube Militar e não enxergá-lo como parte de uma sociabilidade mais ampla, tanto do ponto de vista temporal, como espacial. Os grupos de pressão formados por militares, como mostrou Eduardo Heleno Santos (2021a, p. 290), nasceram no período da redemocratização e alguns deles utilizavam a sede do Clube como ponto de encontro para reuniões. Nos anos 1990, o Clube reuniu vários grupos militares com a finalidade de pressionar o governo contra qualquer iniciativa de revisão da lei de anistia ou tentativa de dar abertura a processos contra militares envolvidos em crimes e torturas. As reações mais contundentes aconteceram com as ações pela memória durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como resultado, os militares criaram o grupo Terrorismo Nunca

⁹ Para Alain Rouquié (1990), o partido militar não representa um bloco monolítico, mas a expressão das diferenças internas organizadas permanentemente e com algum grau de coesão ideológica. O coronel Marcelo Pimentel (2021) condiciona o partido militar à presença dos seguintes elementos: memória histórica e vocação institucional (resumido na ideia de “salvar o país”); base ideológica (com controle das dissidências); pautas de interesse coletivo; direção partidária; quadros partidários (formação de novas lideranças) e base eleitoral (integrantes das três forças, “família militar”, entorno social próximo e entorno social ampliado - sociedade civil militarizada).

Mais (Ternuma), cuja sede era o Clube Militar, no Rio de Janeiro.¹⁰ Desde 1994, sob a gestão do Gal Hélio Ibiapina, o Clube Militar funcionou como retiro de encontro dos mais variados grupos de militares da reserva, e não era estranho um reservista fazer parte de mais de um desses grupos (SANTOS, E. 2021a, p. 290).

Muitos daqueles grupos que acomodavam militares da reserva desapareceram nos anos 2000. Nos governos Lula e Dilma não surgiram novos grupos militares, mas os poucos que restaram aparentemente modificaram o seu *modus operandi* (SANTOS, 2015, p. 108). Essa mudança de estratégia me leva a perceber que, diferente daqueles grupos dos anos 1980 e 1990, os grupos de pressão de militares da reserva possuíam plataformas de difusão com grande alcance nacional. O uso de e-mails, blogs, sites e redes sociais gerou uma forte campanha anticomunista e alimentou uma rejeição ao PT dentro dos quartéis (SANTOS, 2015, p. 108). Esse tipo de estratégia deve ter impactado também os organizadores da revista do Clube Militar, uma vez que ela circulava pelo Brasil com acesso restrito aos oficiais das Forças Armadas associados ao Clube Militar até o ano de 2010.

Portanto, alguns elementos presentes em 2018 no Clube Militar não são novos. O anticomunismo e o antipetismo, apresentados mais à frente nos textos dos oficiais da reserva, foram um acúmulo utilizado para atacar a imagem do seu oponente. Os grupos de pressão surgem para responder ao ativismo militar dos oficiais da reserva. A minha hipótese é que o Clube Militar criou uma “campanha não oficial” aproveitando essa reserva de trabalho. Ou, como a historiadora Maud Chirio (2021, p. 178) afirmou em relação ao jornal Inconfidência, o qual reunia desde 1992 militares da reserva, é possível pensar a revista como um “instrumento de propaganda” essencial para os reservistas com interesses político-ideológicos.

Em 2018, as suas atuações conseguiram contornar a lei eleitoral e as disposições legais do Tribunal Superior Eleitoral, pois era impedido o fornecimento de estrutura de empresas privadas para campanhas eleitorais, o que configuraria doação de serviços.¹¹ A pesquisa de

¹⁰ Os grupos de pressão formados por militares e civis no Brasil, em ordem cronológica: jornal *Letras em marcha* (1971-1984) - surge no período de transição; Associação Brasileira de Defesa da Democracia (1985), União Nacional de Defesa da Democracia (1987), jornal *Ombro a ombro* (1988), Grupo Independente 31 de Março (1988) e Grupo Anhanguera (1989) - surgem no fim da transição e no governo José Sarney (1985-1990); Grupo Guararapes (1991), Centelha Nativista (1964-1994), Conselho de Mobilização Nacional (1992), Grupo Farroupilha (1992), Grupo Inconfidência (1992), Grupo Araucária (1992), Grupo Potiguar (1993), Grupo Cabanos (1993), Grupo Bandeiras (1993), Instituto Catavento (1994) e Grupo Estácio de Sá (1994) - surgem no governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994); Grupo Catarina (1996), Grupo Terrorismo Nunca Mais (1998) e Grupo Quero-Quero (2001) - surgem no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

¹¹ O TSE investigava no decurso das eleições a não prestação de contas pela campanha de Bolsonaro. Existiam denúncias sobre a campanha de Bolsonaro não declarar os recursos empenhados e não prestar contas ao TSE sobre o verdadeiro montante utilizado. A Folha de S. Paulo publicou em 2018 uma reportagem na qual empresários apoiadores de Bolsonaro teriam contratado empresas estrangeiras para disparos massivos no WhatsApp. Disponível em

Fernando Cruz, Beatriz Kira e Heloísa Massaro (2018), em setembro de 2018, no InternetLab, concluiu que a campanha de Bolsonaro apoiada em ações digitais, até então, não havia sido rigorosamente observada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tentarei mostrar nos próximos capítulos como o Clube Militar utilizou sua infraestrutura para mobilizar a campanha pró Jair Bolsonaro. O então presidente do Clube, Gal Hamilton Mourão, até respondeu aos jornalistas sobre esse assunto: “Na realidade, não estamos defendendo nem o partido A, nem o partido B”.¹² Ainda que de forma protocolar negue o apoio a qualquer candidato, em julho de 2018, os clubes da Aeronáutica, Naval e Militar realizaram em conjunto um evento que trouxe Jair Bolsonaro para uma palestra.¹³ Não assistiram somente os oficiais presentes, milhares de pessoas puderam acompanhar o discurso do seu “mito”¹⁴ no YouTube. Esse e outros tantos episódios desmentem Mourão e o próprio comandante do exército, o qual afirmou em seu livro de memórias que “nenhum militar da reserva pretendeu fazer campanha no interior dos quartéis” (CASTRO, 2021, p. 219).

A revista e a estrutura do Clube foi parte dessa “campanha não oficial”. O que é notório ao longo da pesquisa é o fato de que essa campanha não se limitou apenas colocando mais fervura nas eleições com textos de opinião. Os militares da reserva estavam naquele ano participando presencialmente de eventos organizados por grupos conservadores e sintonizados com uma discussão negacionista muito particular construída por bolsonaristas, olavistas e entusiastas da operação Lava-Jato: a fraude das urnas. Com esse discurso, ou Bolsonaro seria eleito, ou qualquer resultado diferente disso teria a sua explicação pronta. Ainda que se possa comparar com o pedido do PSDB pela recontagem dos votos em 2014 - feito logo após a derrota nas urnas¹⁵ -, dessa vez era algo melhor orquestrado e tinha as digitais dos militares. Esse capítulo será observado com atenção ao final da pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as características da revista, com a intenção de enquadrá-la no contexto das eleições de 2018. As edições trimestrais da revista estão

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-pro-bolsonaro-so-registram-doacao-a-outros-candidatos.shtml>. Disponível em 01/09/2023.

¹² Entrevista feita pelo UOL. Disponível em

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/26/clube-militar-atua-em-campanha-eleitoral-mesmo-proibido-por-estatuto-e-lei.htm>. Acesso em 01/09/2023.

¹³ Não foi só dessa vez que o Clube da Aeronáutica cedeu seu salão para um evento de interesse eleitoral. Como será visto, também abrigou palestras tratando sobre o problema das urnas.

¹⁴ “Mito” era como os eleitores e simpatizantes chamavam Jair Bolsonaro.

¹⁵ Mais tarde, em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo (13/08/2018), o senador Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB, reconheceu que o PSDB incorreu num “conjunto de erros memoráveis” desde a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff e ainda pagará um preço por isso”. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-teme-r-diz-tasso/>. Acesso em 03/10/2023.

armazenadas eletronicamente na plataforma Calameo.¹⁶ Para a pesquisa, fiz o download das edições disponíveis entre 2004 a 2022. Li todas as edições entre 2015 e 2022, e isso trouxe uma valiosa compreensão contextual da revista, mas serão utilizados apenas os números de 2018.

Durante a leitura das edições da revista, atentei-me para quem escrevia, em que turma havia se formado, quais as patentes, se o texto aparecia em outros canais, os termos e conceitos utilizados, o candidato cogitado naquelas eleições, e, por fim, a visão desse grupo de reservistas sobre as eleições, os eleitores, as urnas eletrônicas e o trabalho do TSE. As respostas estão diluídas ao longo do trabalho.

Os conteúdos dos textos, se bem ajustados com a materialidade da produção da revista, com as condições disponíveis, as escolhas e decisões (LUCA, 2006) podem ganhar um sentido mais completo, para além do que se pode ler num relance e oferecer respostas mais adequadas para a função social desta revista e de um clube de reservistas com longa tradição.

2.1 UM PERFIL DA REVISTA DO CLUBE MILITAR

A revista do Clube Militar é um espaço intelectual que foge à rigidez comum das estruturas de organizações militares. A partir dela, é possível encontrar as discussões internas e os debates e campanhas políticas (CERQUEIRA, 2020, p. 133). A revista do Clube é um exemplo de “veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores (...) [na qual] desfilam heróis (e, tão importante quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e valores morais do grupo” (MOTTA, 2009, p. 24).

Contudo, nem sempre ela foi um espaço para radicalização ou discursos inflamados. A pesquisa de Andrielly Oliveira (2014, p. 07), por exemplo, verificou que os primeiros anos de publicações da revista pós-1985, portanto já no período de transição democrática, houve uma ausência de discussões políticas. É nos anos 1990 que se pode encontrar uma gradativa evolução dos temas políticos dentro da revista. Nas eleições anteriores a 2018, as páginas da revista estimularam o voto em Aécio Neves (PSDB), existindo inclusive uma margem

¹⁶ A periodicidade das edições mudou ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2016, p. 14). As publicações eram mensais de 1996 a 2001; bimestrais em 1985, entre 1987 e 1995, e de 2002 a 2006; e trimestrais em 1986 e entre 2007 a 2018. A revista pode ser acessada no link <https://www.calameo.com/search#search=revista%20clube%20militar/books/dialect-pt>.

favorável à Marina Silva (PSB). De 2014 até 2018, nem essa e nem aquele foram cogitados entre as fileiras. Algo havia mudado drasticamente de lá para cá.

2018 reflete o processo dos últimos anos de uma radicalização da política. Isso desidratou e tornou praticamente desprezíveis todos os outros candidatos (não os seus votos) periféricos à polarização entre Lula e Bolsonaro (CORBELLINI; MOURA, 2019, p. 102-103). Será interessante mostrar o comportamento de oficiais da reserva que escreviam para a revista diante dessa conjuntura explosiva. Quando entrarmos nesse assunto, veremos como a decisão foi claramente posicionar-se e afrontar inclusive as determinações da justiça eleitoral.

Mas antes, precisamos contextualizar e apresentar melhor como era a revista do Clube Militar. Ainda que no art. 1º; §6º do seu estatuto se comprometa em manter-se “estranho às matérias de religião e de política partidária”, o Clube é conhecido entre jornalistas, cientistas políticos e estudiosos da questão militar como um notório propalador de discursos inflamados. O canal principal onde as ideias dos seus sócios eram lançadas chamava-se *revista do Clube Militar: a casa da República*. Ela surgiu pela primeira vez em 1926, sob presidência do general João de Deus Mena Barreto, conhecido por formar a junta militar de 1930 que depôs Washington Luís, impediu Júlio Prestes e colocou Getúlio Vargas no poder.

Até 2010, a revista circulava em todo o país com acesso restrito aos oficiais associados ao Clube Militar. A partir desse ano, foram disponibilizados, simultaneamente, exemplares físicos¹⁷ e no formato online. O público em geral podia, agora, consultá-la. As edições da revista permitiam acesso via QR code, onde o leitor era direcionado à plataforma Calameo. Uma adequação ao novo leitor do século XXI afeito agora às redes sociais e ao mundo virtual.

A revista vinha diminuindo a tiragem de exemplares. De 14.000 (2015), caiu para 6.500 (final de 2015), 6.000 e 5.700 (2016), até ser finalmente anunciada como revista eletrônica de acesso livre. A revista se tornou totalmente digital a partir da edição n. 461 de 2016. O presidente do Clube, na época, Gen Gilberto Rodrigues Pimentel, alegou que essa decisão foi tomada a contragosto pelo corte de gastos e aumento das despesas.

A revista e outras ações do Clube eram financiadas através de mensalidades pagas pelos associados, repasses mensais do Ministério da Defesa e da Associação de Poupança e Empréstimo do Exército (Poupex). A última folha da revista normalmente anunciava a Poupex. Era a principal fonte para as atividades da revista, bem como do jornal Inconfidência, homônimo de outro grupo militar formado por reservistas (CHIRIO, 2021).

¹⁷ Sempre distribuídos gratuitamente para os sócios do Clube Militar.

De modo geral, os militares que escreviam para a revista enxergavam a si próprios como “patriotas” e anunciavam ser os representantes e promotores do “patriotismo”. Esse é também um fator de aproximação com outros grupos. Na década de 2010, surgiram e ganharam força no cenário nacional grupos de extrema direita autodenominados “patriotas”. Esses grupos já existiam no Facebook e organizavam os seus próprios congressos. Depois, “patriota” passou a ser também uma forma de chamar o eleitor de Bolsonaro (SANTOS, M. 2021).

O oficial que escrevia para a revista colocava-se como representante da única e última força capaz de resolver os problemas que afetavam o que eles chamavam de “honra nacional”. Esse fator é relevante porque funciona como um aglutinador entre a reserva e a ativa. Talvez esteja relacionado com o que Héctor Saint-Pierre (2021, p. 259) identificou como o cimento capaz de trazer o sentimento de “pertencimento à corporação militar”.

No ano de 2018, o Gal Gilberto Rodrigues Pimentel era presidente do Clube (havia assumido em 2014) até a eleição unânime da chapa *Consolidar e Modernizar*, sob presidência do Gal Hamilton Mourão. Durante a curta gestão de Mourão, não houve nenhum texto de sua autoria, além de não existir nenhuma mudança temática, digamos assim, e nem trocas nos cargos ocupados pelos oficiais que atuavam na revista. Em 2018, a direção da revista era feita pelo Ten Cel Márcio Zabaleta Mariano da Fonseca (desde 2014) e a presidência do conselho editorial pelo Gal Ulisses Lisboa Perazzo Lannes (desde 2011).

Os textos publicados são assinados por militares da ativa e da reserva, mas contam também com a participação de jornalistas, filósofos, historiadores, advogados, juizes, procuradores, engenheiros, empresários, entre outros.¹⁸ O pensamento dos civis de diferentes áreas normalmente reforçava a leitura de mundo dos militares. Em alguns momentos, é notável o desejo de militarização da vida social. Possivelmente, uma das razões de aproximação dos grupos conservadores fosse justamente a similitude dos elementos em seus discursos em defesa da pátria, da família e da ordem.¹⁹

Civis e militares escreviam normalmente refletindo sobre as questões do momento, como leis em aprovação no Legislativo, decisões do Executivo, ações do Judiciário, personalidades da política e o comportamento de partidos de direita e esquerda, além das mobilizações da sociedade brasileira.

¹⁸ Para a pesquisa, decidi separar e analisar somente textos assinados por oficiais militares da reserva e as seções sob a responsabilidade da Comissão Editorial do Clube Militar.

¹⁹ Entre esses elementos estava o uso da imagem de Deus, o que mostra existir uma convergência entre grupos evangélicos/ neopentecostais e militares. Como afirmou Domingos Neto (2021), a entrada dos grupos religiosos com suas bandeiras nos quartéis ainda carece de pesquisas.

Existem temas que obviamente interessavam particularmente aos militares. É quando tratavam, nos termos que eles mesmos utilizavam, da Independência do Brasil, Guerra do Paraguai, Abolição, Proclamação da República, Intentona Comunista de 1935, pracinhas da FEB contra o nazifascismo, Amazônia e memória do “Movimento de 1964”. Há também algum espaço para gastarem tinta falando de geopolítica, guerra informacional no séc. XXI e estratégia de defesa.

Outro assunto relevante nos textos era o enaltecimento dos trabalhos prestados pela corporação em serviços não militares. Domingos Neto (2021, p. 19) faz críticas em relação a esses trabalhos, pois configurava uma espécie de desvio de função. Para ele, não fazia sentido o uso de soldados em construções de obras públicas, assistência social e médica, mão de obra para empresas privadas, tarefas de segurança pública e outros trabalhos que poderiam ser realizados por civis. Esse fenômeno gerou um paradoxo dentro das forças: ora servia para insuflar a imagem da instituição e destacar a relevância dos trabalhos militares para a nação; ora era utilizado para apontar a sobrecarga de tarefas, a falta de braços para atividades essenciais e o prejuízo sobre a missão principal do exército. Esse paradoxo era extensivamente utilizado pelos oficiais que escreviam na revista.

Como fonte, a revista também traz a visão dos militares sobre eventos importantes sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.²⁰ Alguns temas são clássicos (é o caso da previdência militar), alguns mais recentes (mulheres nas Forças e militares na segurança pública e prisional²¹). O espaço cedido para institutos e empresas privadas desenvolverem um discurso neoliberal é um tema relevante na revista, mostrando uma aproximação entre militares e empresários. Não parava aí, pois levavam suas palestras para dentro do Clube e fundiam esforços. Os institutos Sagres (Brasília) e Federalista (Curitiba) são exemplos de organizações empresariais vinculadas às atividades do Clube Militar.

A variedade de assuntos já é um indício sobre a politização nos quartéis. O Clube Militar formou interpretações sobre assuntos nacionais e construiu uma forma particular de participação na política. A seguir, procuro apresentar os sinais de uma cooperação entre diferentes grupos. De antemão, devo reconhecer que a revista do Clube Militar se torna um

²⁰ Além da questão envolvendo a segurança pública nestes eventos, o desempenho de estudantes oriundos de colégios militares nos Jogos Olímpicos foi largamente destacado na revista e construiu uma forte oposição entre civis e militares.

²¹ As operações de garantia da lei e da ordem (GLO's) notabilizaram-se no segundo governo Dilma, num contexto de ocupações militares nas favelas do Rio de Janeiro e de segurança pública durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Sobre as GLO's como fator de militarização da democracia, ver Renato Lemos (2019) e Natalia Viana (2021).

dos nós de uma teia mais complexa que não pode ser analisada com a devida atenção aqui.

2.2 A REVISTA DO CLUBE MILITAR, A CAMPANHA NÃO OFICIAL E OS INDÍCIOS DE COOPERAÇÃO INTRA-GRUPOS DE DIREITA

A campanha digital era relevante pelos dados apresentados pelo IBGE um ano antes das eleições. Eles mostravam a presença da internet em 75% dos domicílios brasileiros. 88% dos jovens, entre 20 e 24 anos, tinham acesso, e formava o maior percentual entre os grupos etários. 31% dos idosos, acima dos 60 anos, possuíam acesso. A pesquisa divulgada revelava uma desigualdade entre pessoas com Ensino Fundamental (50%) e pessoas com Ensino Superior (98%).²² A campanha digital, portanto, não atingia a todos os eleitores.²³

Para dar conta da realidade das eleições de 2018 e formular melhor o problema, utilizo o conceito de *campanha não oficial*. O conceito aparece na pesquisa do jornalista e especialista em ciência de dados Marcelo Alves (2017) para explicar a rede antipetista formada nas eleições de 2014.

A ideia de uma campanha não oficial “trata da expressão e do ativismo político-eleitoral por meio da criação e disseminação de mensagens por atores que se situam fora da estrutura partidária” e que, por isso, apresentam “potencial de gerar conteúdo, criar conexões em rede e atrair atenção nas plataformas digitais.” (ALVES, 2017, p. 106). O conceito, neste caso específico, serve para explicar uma militância engajada e organizada no Facebook e capaz de mobilizar, sustentar e fortalecer o sentimento antipetista na eleição de 2014, marcada pelo acirramento da disputa entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Além da diferença entre o suporte no qual a mensagem é produzida e apresentada (Facebook e revista digital), pensa-se em usuários comuns das redes sociais, engajados numa campanha política e detentores de baixos orçamentos para suas atividades, mesmo que possam, eventualmente, receber estrategicamente apoio para seguirem em seus canais e ampliarem seu público. Os militares não podem ser vistos da mesma maneira. O conceito de

²² Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em 05/10/2023.

²³ Como mostrou Jairo Nicolau (2020, p.105), já com os resultados das eleições, a propaganda bolsonarista demonstrou alguns limites: eleitores não conectados à internet, principalmente aqueles que residiam em pequenas cidades (até 50 mil habitantes) das regiões Norte e Nordeste, quem residia em municípios com baixas taxas de escolaridade, pessoas de baixa renda e os idosos (acima dos 60 anos). A campanha de Bolsonaro não conseguiu invadir, sobretudo, a “cidadela petista” formada por cerca de 11 milhões de eleitores na região Nordeste.

"campanha não oficial" sofre uma relativa transformação quando analisamos os militares no lugar de civis com páginas no Facebook.

Em primeiro lugar, as atividades dos militares na revista não são constantes como acontecia com esses usuários. O tempo entre uma publicação e outra é trimestral, o que difere profundamente do *modus operandi* da rede antipetista estudada por Marcelo Alves. Segundo, existe uma diferença simples de ser percebida: a capacidade de atrair a atenção é muito mais significativa com os grupos militares. Uma declaração de um militar representa uma posição do exército. É difícil que as pessoas façam alguma distinção entre oficial da ativa, da reserva, ou entre patentes e carreiras. É a voz do exército. Ela soa no espaço público de uma maneira singular. Os altos índices de confiança da população brasileira nas Forças Armadas reforçavam essa percepção. Em 2018, nove em cada dez brasileiros, segundo as pesquisas do Datafolha, diziam confiar na corporação.²⁴ O mais importante disso tudo é o fato de que os militares atraíam a atenção. Eram um sustentáculo forte para os movimentos de direita e respaldavam os atos de quem vestia a camisa da seleção brasileira em praças e ruas.²⁵ Os militares eram parte importante na composição da extrema direita mobilizada e ao mesmo tempo ajudavam a organizá-la.

O antropólogo Piero Leirner (2020) interpretou a inserção dos militares nas eleições de 2018 na chave da guerra híbrida, atribuindo contornos mais sérios e um elevado grau de sofisticação nas estratégias utilizadas.²⁶ Ao invés de utilizar algum dos conceitos do universo da guerra híbrida (“dissonância cognitiva”, “bomba semiótica”, “*false flag*”, etc), prefiro me deter na ideia de uma comunicação eleitoral digital, sem nenhuma sofisticação como nos conceitos de Leirner (2020), e a partir disso investigar os conteúdos, as ações, as alianças, as visões e as intervenções na campanha para presidência.²⁷ A comunicação eleitoral digital funciona como “uma prática coletiva que envolve atores para além dos candidatos, partido e

²⁴ As instituições com menores índices de confiança eram a presidência, o congresso e os partidos políticos. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-institui-coes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>. Acesso em 10/09/2023.

²⁵ Usar a camisa da seleção brasileira nos atos públicos era um elemento de identidade entre os eleitores de Bolsonaro.

²⁶ Além do seu livro, dois artigos foram publicados no curso das eleições de 2018 tratando da tática de campanha de Bolsonaro. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/comunicacao-de-bolsonaro-usa-tatica-militar-de-ponta-diz-especialista.shtml>. Acesso em 01/10/2023. Disponível em

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.html. Acesso em 01/10/2023. Os militares brasileiros teriam traduzido os conceitos de “guerra híbrida”, “guerra de quarta geração”, “guerra irregular”/ “assimétrica”/ “não convencional” a partir de suas formações nas escolas militares dos EUA e, principalmente, da teoria das “dissonâncias cognitivas” de John Boyd, militar da Força Aérea dos EUA (LEIRNER, 2021a).

²⁷ A apresentação dessa “campanha não oficial” ou “campanha digital” está de algum modo difusa ao longo do trabalho, mas é no capítulo *Militares e eleições de 2018* que proponho um olhar mais detalhado.

imprensa”, ela cria uma “rede de campanha” na qual diferentes grupos atuam no sentido de influenciar a agenda da disputa (ALVES, 2017, p. 95).

O argumento que proponho é que a revista do Clube Militar e sua interface na Internet com potencial de republicações cresceu na Internet mais uma arena de disputas dos espaços da comunicação eleitoral. Não faz parte da nossa discussão a extensão dos conteúdos produzidos, o impacto gerado ou os efeitos produzidos entre os eleitores de Bolsonaro ou público em geral. Não temos dados nem instrumentos para deduzir nada nesse sentido. Além disso, não há um volume comparável ao que algumas pesquisas encontraram para formularem importantes interpretações.²⁸

O que é interessante nesse processo é a rápida adaptação dos militares às novas condições de campanha eleitoral. O próprio Tribunal Superior Eleitoral buscou compreender e interditar as ilegalidades que aconteciam no mundo digital, mas as suas ações eram aparentemente débeis naquelas eleições. O fenômeno digital não era novidade da campanha de 2018 (AGGIO, 2014; BRAGA; CARLOMAGNO, 2018). As eleições municipais de 2008 contaram com maciças campanhas digitais, e, em 2010, as eleições presidenciais tiveram, pela primeira vez, o aval da lei de uso das mídias digitais (lei nº 12.034), sancionada pelo ex-presidente Lula, em 2009. Chamava a atenção, em 2018, o deslocamento massivo das campanhas para essa arena de disputas e conflitos.

Alguns dos textos utilizados como fontes para a nossa pesquisa não foram veiculados exclusivamente pela revista do Clube Militar. Era comum vê-los publicados em outros jornais virtuais. A prática de disseminar os artigos da revista em outros canais acontecia desde o período da redemocratização (OLIVEIRA, 2016, p. 16). Contudo, em 2018, chama a atenção a preferência dada a jornais e canais de direita, alguns investigados pela justiça por disseminarem mensagens de ódio e textos coalhados de *fake news*. Seja como for, as ideias, os conceitos, as visões ideológicas dos oficiais que escreviam para a revista acabavam multiplicados em outros espaços e o leitor era direcionado pelos links oferecidos ao final dos artigos.²⁹

Os textos dos reservistas que analisei apareceram também nos jornais *Diário do Comércio* (pertencente à Associação Comercial de São Paulo), *Top Mídia News* (do

²⁸ Para Allcott e Gentzkow (2017), por exemplo, as eleições de 2016 nos EUA foram definidas pela rede de disseminação de *fake news* via Facebook. Já no caso do Brasil, as eleições de 2018, segundo Camila Mont’Alverne e Isabele Mitozo (2019), tiveram o WhatsApp como principal e decisiva ferramenta para as *fake news*.

²⁹ Raras vezes os artigos não informavam o link onde o mesmo texto poderia ser encontrado. Para cada texto, fiz uma pesquisa na Internet para descobrir se havia sido depositado em algum outro canal. Mas quase sempre a revista colocava o link ao final da página do artigo.

editor-chefe Vinícius Squinelo), *Jornal da Cidade Online* (do editor-chefe José Tolentino), *Tribuna de Minas*, *Portal do Careiro* e os tradicionais *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Além destes, havia um blog de pensamento conservador chamado *Alerta Total* (do editor-chefe Jorge Serrão) e o site *Verdade Sufocada* (mantido por Joselita Ustra, esposa do coronel e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra).

Henry Jenkins (2018) usa o termo “fluxo de conteúdos” para se referir à convergência de múltiplas plataformas midiáticas. Em resumo, quer dizer uma aproximação entre o tradicional e o moderno em termos da comunicação. Ele notou uma migração particular das páginas de jornais para a Internet, surgindo uma forma de se informar através de blogs, revistas, Facebook, meios eletrônicos, etc. A convergência de conteúdos na Internet gerou um novo tipo de circulação de textos antes dispersos. Nessa linha de pensamento, Afonso Albuquerque e Marcelo Alves (2019, p. 19) apontam para uma desinstitucionalização da comunicação política em mídias sociais e a reconfiguração das relações de poder no fragmentado sistema midiático contemporâneo.

Em 2018, os grandes jornais, como *Estado de S. Paulo*, *Veja* e *O Globo*, levaram seus conteúdos para o Facebook, de forma a formar um acumulado significativo de material mesmo diante da explosão de websites de direita. Contudo, o número de compartilhamentos era menor se comparado aos websites de direita. Isso relativizava o seu volume de material em razão do seu tráfego na rede ser menos intenso. Esse fenômeno se tornou ainda mais evidente nos meses de setembro e, principalmente, de outubro (ALBUQUERQUE; ALVES, 2019, p. 13-15). Como os dados utilizados para essas conclusões se baseiam a partir do Facebook, quando buscamos outras pesquisas apoiadas, por exemplo, no WhatsApp (MITOZO; MONT’ALVERNE, 2019) e Twitter (AGGIO, 2014) para analisar a circulação de textos em períodos de campanha eleitoral, a percepção sobre a relação entre imprensa, internet e eleições é substancialmente modificada. Isso impede a construção de modelos e padrões representativos da realidade. Sempre olha-se de um prisma determinado, e o todo, a “floresta”, acaba sendo perdida de vista, o que, no mínimo, deve causar um problema analítico.

Essa pequena digressão é para evidenciar o fato de que os militares da reserva atuantes no Clube Militar e dedicados não só a expressarem suas opiniões, mas também a intervirem na disputa política de 2018, inseriram-se nesse tipo de sistema midiático fragmentado, participando ativamente de uma arena de campanha eleitoral cujos marcos legais não conseguiram capturar, controlar e regular. Nesse quadro, o exército, a partir de um de seus braços, o Clube Militar, não apenas fez circular internamente uma propaganda digital, como

foi um dos propagadores de links que levavam a portais de direita, os quais indiquei anteriormente.³⁰

Isso é realçado com as participações de agentes de diversos grupos de direita na revista do Clube Militar. Como esse problema da relação entre civis e militares no interior do Clube Militar não faz parte do nosso plano de pesquisa, pois olhamos apenas para o que os militares disseram e fizeram dentro do contexto das eleições, ficamos com evidências de um esforço individual e institucional para adentrar em redes de propagação de conteúdos de forma transmídia.

Os textos dos oficiais publicados na revista do Clube Militar estavam sendo disseminados porque havia o apoio de uma parte da imprensa radicalizada. Como afirmou Marcelo Alves dos Santos (2019, p. 278), “(...) atores distintos agem em cooperação por meio da produção, curadoria e disseminação de conteúdo, com níveis distintos de engajamento”. Esse processo é acompanhado de alianças com empresários donos de alguns meios de comunicação, com editores-chefes e jornalistas alinhados com o pensamento militar e com as ideias que circundavam a figura do deputado federal e candidato à presidência, Jair Bolsonaro.

Os editores-chefes Vinícius Squinelo, da Midia News Top, e Jorge Serrão, do blog Alerta Total, faziam parte de um fenômeno em que o jornalismo localizado na Internet abriu as portas para o bolsonarismo.³¹ Em 2018, os oficiais foram incentivados a buscarem a imprensa e usarem as mídias sociais (CASTRO, 2021, p. 184). Intencionalmente e de maneira planejada, os militares estavam se manifestando e exerciam uma certa pressão sobre a política e os políticos. Mas não acredito que suas atuações fossem apenas ameaças e tensionamentos. Essa é uma parte da história. A partir das fontes utilizadas e da bibliografia com a qual dialogo, vejo uma estratégia de comunicação do exército traçada de cima para baixo. Isso

³⁰ No capítulo *Desordem informacional* da sua tese de doutorado, Marcelo Alves dos Santos (2019) mostrou os diferentes níveis de coordenação interna de grupos de direita e evidenciou a existência de diversas facções e tendências com as suas próprias lideranças, pautas e métodos de atuação. Os militares não são citados enquanto grupo organizado, aparecem apenas pontualmente - Major Olímpio, Conte Lopes, Coronel Telhada e Sargento Fatur, vistos apenas como participantes desses grupos.

³¹ A bibliografia produzida sobre o bolsonarismo é extensa. AARÃO REIS (2020) apresentou seus sentidos e implicações na realidade brasileira. Uma definição interessante de bolsonarismo foi formulada por Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 25, 29): “herdeiro aglutinante das diversas tendências fascistas pré-existentes desde o integralismo histórico (...) uma ferramenta no fenômeno mais amplo de setores descontentes que, desde a própria fundação da Nova República, conspiraram e buscaram na tutela, improvável, do bolso-fascismo um instrumento para seu próprio projeto (...) O bolsonarismo, enquanto síntese, seria o principal condutor de um projeto de institucionalização de uma ‘República Patriótica Militar’, sob a tutela permanente dos militares”. João Cezar de Castro Rocha (2021) elenca quatro elementos necessários para o bolsonarismo: uso de estratégia de guerra cultural como reconfiguração da velha Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento aos discursos conspiratórios do Orvil - livro secreto que circulava entre os os militares -, a adesão às ideias de Olavo de Carvalho e o ataque contra o que os bolsonaristas chamavam de “ideologia de gênero”.

aproximou a hierarquia dos grupos militares no sentido de unirem esforços numa campanha paralela cujo objetivo era fortalecer um candidato. E é o que vamos observar melhor a partir de agora.

2.2 VILLAS BOAS E A ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO

No mês de junho de 2018, o comandante Villas Bôas chamou para si o protagonismo do momento das eleições e preparou uma “sabatina” especial com os candidatos Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT), Manuela D’Ávila (PCdoB) e Marina Silva (REDE).³² “Com vistas às eleições, convidei os candidatos para conversar.” (CASTRO, 2021, p. 216). Em 05 de julho, Villas Bôas explicou a iniciativa de realizar a “sabatina” numa edição especial no programa *Conversa com o comandante*, canal oficial do Exército no Youtube.³³

A ideia de entrevistá-los era consequência do receio da repercussão do encontro do comandante com Bolsonaro em 5 de junho, no Forte Apache, Quartel General do Exército, em Brasília (VICTOR, 2022, p. 181-82). Assim, ensaiou uma explicação para o encontro com o capitão e emplacou uma série de entrevistas com os candidatos à presidência. Em agosto, o comandante publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* um artigo em que apresentou as ideias discutidas com os candidatos. A revista do Clube Militar incorporou esse mesmo texto na sua edição n. 470. Nele, o comandante não aponta para nada além do assunto relativo à defesa nacional - dissuasão, geopolítica, segurança interna, diplomacia militar, intercâmbios, investimentos na indústria de defesa, etc. Era uma forma de prestar contas pela intromissão do exército nas eleições daquele ano.

Esse episódio não está desencaixado de um contexto muito particular iniciado a partir de 2015, quando Villas Bôas assumiu o comando do exército. Talvez fosse o comandante mais pop e midiático desde a redemocratização e a imprensa estava disposta a ouvi-lo e ceder espaço para entrevistas e artigos de opinião (VICTOR, 2022, p. 157). O próprio Villas Bôas conta que era “muito mais proveitoso atuar junto aos jornalistas e aos âncoras dos programas do que junto à direção das empresas de comunicação.” (CASTRO, 2021, p. 184). Ao lado dele, estava o Gal Otávio Rêgo Barros, que havia sido comandante na operação militar no

³² Guilherme Boulos (PSOL) recusou o convite e alguns partidos pequenos com representantes para o Executivo sequer foram convidados.

³³ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=v0EdqdaumEw&ab_channel=Ex%C3%A9rcitoBrasileiro. Acesso em 21/08/2023. Além de temas da defesa, nesse vídeo, Villas Bôas fala sobre a previdência dos militares, assunto que não é informado no artigo publicado n’*O Estado de S. Paulo* e nem na revista do Clube Militar.

Haiti (MINUSTAH) e era o então chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx).³⁴ Para Villas Bôas, o Gal Rêgo Barros tinha “habilidade e carisma” para construir valiosos laços de amizade com muitos jornalistas. Antes de Barros, o Gal Richard Nunes liderou o CComSEx e era dono da célebre frase: “o grande mudo precisava começar a falar” (VICTOR, 2022, p. 158).

Os textos oficiais do exército, quando postados nas mídias sociais, costumavam ser redigidos por alguém do CComSEx. Existia, ao que parece, uma discussão dentro do centro sobre o conteúdo e a apresentação ao público e, ao fim, o comandante autorizava ou não a publicação. Um tenente coronel atuante no CComSEx esclareceu, em 2017, que dentre os objetivos estava o de gerenciar as crises envolvendo a imagem do exército (SOUZA, 2017). Dentro do CComSEx havia subdivisões, dentre elas a Seção de Mídias Sociais da Divisão de Produção e Divulgação. Ela era integrada por uma equipe multidisciplinar de militares habilitados em diferentes áreas, como comunicação social, relações públicas, marketing e publicidade. Eram, portanto, conhecedores de estratégias digitais específicas para mídias sociais, sabiam como adaptar a linguagem institucional para cada plataforma e faziam o monitoramento e a análise dos dados gerados em cada situação particular (MOURA, 2022).

Essa era uma estrutura. Uma outra talvez tenha sido apresentada na pesquisa do jornalista Marcelo Godoy (2021). Ele analisou, a partir da conta no Twitter do comandante Villas-Bôas, 115 perfis de militares da ativa. A sua decisão metodológica foi descartar os reservistas. Após o famoso tuíte do dia 3 de abril de 2018 - em que Villas Bôas ameaça o STF no decisivo julgamento do *habeas corpus* de Lula³⁵ -, trinta e um oficiais (37,8%) abriram sua conta no Twitter, dando início a uma forte adesão nas redes à candidatura do deputado Jair Bolsonaro: “verdadeiros influenciadores digitais, postaram opiniões, compartilharam memes e opiniões de políticos, propaganda do governo e de partidos” (GODOY, 2021, p. 63).

³⁴ O Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) foi instituído pelo decreto presidencial nº 85.836, de 24 de março de 1981.

³⁵ Na noite de 3 de abril de 2018, véspera do julgamento de um *habeas corpus* do ex-presidente Lula no STF, o general Villas Bôas fez duas declarações no Twitter. Na primeira escreveu: “Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”; na segunda, afirmou: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.” Na sessão do dia seguinte, que só foi concluída na madrugada do dia 5, o STF rejeitou o pedido de *habeas corpus* por seis votos a cinco. A Lei nº 135, de 5 de maio de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, proibia a candidatura de políticos condenados em segunda instância. Em 7 de abril, Lula se entregou à Polícia Federal e foi preso. Villas Bôas declararia, anos mais tarde: “tínhamos a consciência de estarmos realmente tangenciando o limite da responsabilidade institucional do Exército (...) não se tratou de ameaça, mas, sim, de um alerta” (CASTRO, 2021, p. 188-189).

A sua pesquisa permite reforçar a interpretação de que havia uma sinergia entre os grupos militares organizados de cima para baixo pelo seu comandante. A reserva não foi a única a agir naquele ano de eleições, e isso nos ajuda a rever um pouco a imagem cultivada dos oficiais da reserva como tresloucados sem “papas na língua”. Eram uma força disponível para sustentar uma estratégia de campanha, mesmo que estivessem formalmente impedidos pelas disposições do Tribunal Superior Eleitoral de utilizarem o Clube Militar como instrumento para campanha.

No livro de memórias de Villas-Bôas existem rastros e indícios de uma sólida estratégia de comunicação³⁶ do exército desenvolvida desde 2015, ou seja, uma estrutura de inteligência de mídia com claras intenções de interagir com a sociedade brasileira. Dentre os objetivos da comunicação social, presente na Diretriz do Comandante do Exército (2017-2018), Villas Bôas sentia a necessidade de “alertar a sociedade, os formadores de opinião e os decisores político-estratégicos dos riscos inerentes à redução e à limitação do orçamento do Exército”. A redução dos gastos públicos³⁷ era utilizado no discurso militar como razão para estarem novamente em evidência. Coincide parcialmente com a explicação pública de Villas Bôas para a realização das sabatinas em junho de 2018: a discussão sobre os investimentos na defesa.

Villas Bôas conta em seu livro de memórias que havia uma estratégia do exército em relação ao comportamento diante da imprensa. Se algum canal emitisse uma matéria negativa sobre a corporação, sobre alguma ideia ou atitude de algum oficial, a decisão sobre o que fazer era calculada entre os militares que atuavam no CComSEx. Podiam simplesmente ignorar e não responder. Outra alternativa seria um pouco mais sutil e, aparentemente, poderia soar até ameaçadora: encaminhar uma resposta somente para o jornalista ou ao canal responsável pela notícia que desencadeou o desagravo entre os militares. O jornalista poderia ser convidado para uma visita ao Quartel-General do Exército, em Brasília, e assim tomar nota da realidade do mundo militar (CASTRO, 2021, p. 184, 198).

Para Villas Bôas (CASTRO, 2021, p. 145), o militar podia se manifestar de duas formas. Ou coletivamente, isto é, através da voz do seu comandante; ou individualmente, por escrito. Havia um incentivo planejado junto com o Gal Rêgo Barros para que os militares

³⁶ O conceito de *estratégia de comunicação* é formulado pelos próprios militares (MARIOTTI; NASCIMENTO, 2021). Está relacionado com a compreensão nativa sobre o significado de *comunicação social* e obedece a Diretriz do Comandante do Exército.

³⁷ Consequência da emenda constitucional n. 95 de 2016 criada durante o governo provisório de Michel Temer. Seu objetivo era limitar os gastos da União e conter a dívida pública. No final das contas, se provou uma forma de breicar e reduzir o financiamento de políticas públicas, como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, pondo limites orçamentários para a saúde, educação, moradia, ciência e tecnologia, entre outras áreas da assistência social.

fizessem uso das mídias sociais. “O emprego desse recurso era planejado por ideias-força atinentes aos objetivos pretendidos ou às campanhas em curso.” (CASTRO, 2021, p. 184). O comandante liberou os oficiais para difundirem na sociedade civil suas ideias sobre temas que lhes fossem caros. “Estimulei os generais de exército no sentido de serem proativos e ocuparem os espaços de comunicação (...)” (CASTRO, 2021, p. 184). Talvez isso explique porque destaca-se a patente de general nas autorias dos textos publicados na revista do Clube Militar, algo que não se replica na pesquisa de Marcelo Godoy (2021, p. 64), o qual verificou um certo equilíbrio entre o número de postagens feitas por generais, coronéis e tenentes no Twitter. De toda forma, o estímulo e o exemplo do comandante levou a uma extensa campanha pelo candidato que melhor representaria os interesses da caserna: Jair Bolsonaro.³⁸

Mas não bastava somente o estímulo. As declarações do Gal Mourão,³⁹ por exemplo, eram contundentes e geravam mal estar entre a instituição militar e a sociedade, de tal forma que Villas Bôas precisou controlar as falas de Mourão (CASTRO, 2021, p. 184). O tema do controle, da censura e talvez até das punições pelo que era publicado no mundo militar ainda é difícil de identificar e não existem pistas que mostrem com contundência as divergências nos bastidores durante a campanha de 2018.⁴⁰

As entrevistas e os artigos de Villas Bôas em outros veículos da imprensa eram uma forma também de conter e amenizar o que era produzido por oficiais das diversas patentes e em diversos meios - revistas, jornais, Twitter, Facebook, além das declarações em palestras e eventos (CASTRO, 2021, p. 184). Conscientemente, o comandante traçava seu plano de contenção e baixava a poeira enquanto a corporação seguia empenhada em sua campanha pró-Bolsonaro.

O livro de memórias do comandante revela um contato íntimo e privilegiado com ministros da Defesa. Era algo essencial nos momentos de turbulência causados por excessos e destemperos por parte de alguns oficiais. Portanto, além das publicações do exército centralizadas no CComSex, das suas entrevistas e artigos de opinião, Villas Bôas usava a sua experiência com as instituições, partidos e políticos para gerir potenciais conflitos (VICTOR, 2022, p. 153-156). Protegidos, os militares podiam, agora, sob a gestão de Villas Bôas,

³⁸ O apoio militar a Bolsonaro e a campanha dentro dos quartéis começou em 2014 (LEIRNER, 2021b, p. 109). Mas a relação construída vinha de longa data. Bolsonaro acumulou sete mandatos sucessivos como deputado federal e desde 1992 defendia os interesses corporativistas das forças armadas e policiais.

³⁹ Mourão acumulou discursos que desencadearam crises. Em 2015, criticou o governo Dilma numa palestra no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre. Com isso, foi exonerado do Comando Sul e transferido para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, em Brasília. Em 2017, em outra de suas palestras, desta vez numa loja maçônica, aventou uma intervenção militar diante da crise no governo Temer.

⁴⁰ A portaria 196 de 12 de julho de 2019, portanto posterior às eleições, regulamentaria com mais rigidez o uso das redes sociais no interior das Forças. O que mostra que existia uma frouxidão da lei e/ou um movimento de manifestação que precisava, depois das eleições, ser regulado e controlado.

encerrar aquela ideia cultivada há décadas sobre “o grande mudo”. O exército podia falar. E em ano de eleições, isso representava um risco à democracia.

O Estatuto dos Militares e o Regulamento Disciplinar sempre proibiu qualquer manifestação de cunho político. Estão sujeitos à ação penal com base no artigo 166 do Código Penal Militar, o qual define como crime a publicação com crítica indevida a qualquer resolução do governo ou ato de seu superior. Marcelo Godoy (2021, p. 68) afirma que nenhum militar foi punido em 2018 por uso das redes sociais e que o Exército negou as suas solicitações de dados sobre processos e julgamentos. Apenas a Aeronáutica informou 5 procedimentos disciplinares por uso das redes sociais, mas já no ano de 2019.⁴¹

A relação de Villas Bôas com a reserva era mantida e fazia parte de seus planos: “Procurei, também, dentro do possível, dar atenção ao nosso pessoal da reserva. Cometeria uma injustiça se não destacasse e, sobretudo, agradecesse a esse universo. Deles sempre contei com a adesão e o apoio.” (CASTRO, 2021, p. 197). O Gal Luiz Gonzaga Schroeder Lessa (2018, n. 471, p. 04), formado na Aman, turma de 1956,⁴² considerava Villas Bôas o “porta-voz dos velhos chefes militares” e quem “muito bem compreendeu o inconformismo e os libelos do Clube Militar”.

É certo que o universo dos reservistas pertencentes ao Clube Militar mantém a sua autonomia, mas é ao mesmo tempo próximo ou, no mínimo, assistido pelo seu comandante. Não existe nenhuma relação oficial entre a gestão das mídias sociais feita pelo CComSEx e a revista do Clube Militar. O ponto não está aqui. Além de que a revista possuía um sistema editorial próprio. Todavia, as relações nutridas entre os militares de grupos distintos e a estrutura organizacional do exército no ambiente digital podem ter estimulado ainda mais os oficiais da reserva a se dedicarem em suas campanhas não oficiais anti Lula, anti PT e pró Bolsonaro - pois como disse o coronel Marcelo Pimentel Souza (2021): “o exemplo arrasta”.

O uso crescente destes meios de comunicação colocou um grupo significativo de oficiais da reserva em evidência. As fontes produzidas são abundantes e o historiador deve recorrer a elas se quiser entender o fenômeno dos militares “ativistas digitais”. Esses recursos possibilitaram não apenas a preservação e difusão da versão das Forças Armadas sobre a

⁴¹ Na dissertação da socióloga Roziane Cerqueira, ao analisar vinte e três edições da mesma revista entre os anos de 1956 e 1964, é possível perceber que “o entrelaçamento de opiniões acontecia de maneira relativamente livre do poder punitivo do comando militar” (CERQUEIRA, 2020, p. 139). Ainda que exista um intervalo grande entre os períodos, pode indicar uma tradição de ausência de punições nesse espaço. Um indício de punição está nas entrevistas do coronel Marcelo Pimentel Souza. Nelas, anunciava a sua indignação com a corporação por sofrer represálias pelas suas manifestações públicas contrárias ao comportamento do alto comando do exército. Porém, o coronel Pimentel não possuía nenhuma relação com o Clube Militar.

⁴² Não foi incluído no capítulo *Militares e eleições de 2018* porque aparece somente na última edição da revista - quando Bolsonaro já havia vencido, portanto fora do período coberto da campanha.

nossa história recente, como também exerceram a função de colocar em prática as estratégias militares contra outros grupos políticos (OLIVEIRA, 2014, p. 4). Na sequência, pretendo apresentar quem são os oficiais da reserva engajados na campanha de 2018.

2.3 QUEM SÃO OS MILITARES QUE ESCREVEM

Os oficiais da reserva⁴³ que escreveram para a revista e trataram do tema das eleições de 2018 são, em sua grande maioria, generais. É preciso destacar, antes de qualquer coisa, o fato de que a oficialidade do exército é formada por vários grupos, e não fazem parte do problema de pesquisa os oficiais da área da saúde (médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos, enfermeiros), do quadro complementar de oficiais (QCO), do quadro de engenheiros militares (QEM), os técnicos temporários (OTT) e nem do quadro auxiliar de oficiais (QAO).

Pela natureza das fontes existe apenas um grupo importante que faz parte do fenômeno da campanha digital nas eleições de 2018: os oficiais de carreira formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman).

Os engenheiros militares, assim como os oficiais da Aman, podem realizar cursos de graduação superior em instituições do Exército, e não é estranho encontrar alguns poucos textos desses engenheiros militares situando de uma maneira bastante tímida o contexto de crise e a necessidade de uma mudança.⁴⁴

Alguns militares formados na Aman na década de 1940 escreviam textos marcados pela moralidade, pela defesa da tradição, dos costumes, saudosistas de um tempo que não existe mais e que foi construído pelos governos militares.⁴⁵ Esse tipo de oficial aposentado que escreve até três páginas - algo fora dos padrões, pois apenas eles e militares do alto comando tinham essa liberdade - nunca diz abertamente qual é o seu candidato em 2018. Não é incomum encontrar o nome de Lula em seus textos, sempre colando a pecha de corrupto. Talvez, preferissem apresentar aquilo que rejeitavam ao dizer com franqueza suas preferências políticas. Retirei-os do grupo de análise por não considerá-los parte da reserva. Estão distantes dos grupos formados nas décadas de 1960 e 1970 e o material produzido

⁴³ Oficiais e praças são distintos na hierarquia militar. Os praças são, em ordem de obediência: soldado, cabo, sargento e suboficial. Os oficiais são, em ordem de obediência: tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel e general. Na revista do Clube Militar, participavam, apenas, oficiais.

⁴⁴ Optamos por não incluí-los na análise da pesquisa.

⁴⁵ O comandante Villas Bôas conta que alguns foram contemporâneos de seu pai, e que desde pequeno acostumou-se a chamá-los de “tios” (CASTRO, 2021, p. 197-198).

contém um tom memorial, muitas vezes redigido na primeira pessoa, o que cria um tipo de documento peculiar, e demandaria uma abordagem distinta da proposta neste trabalho.

TABELA 1 - Idade dos oficiais da reserva em 2018

Oficial	Idade em 2018
Gal Luiz Eduardo Rocha Paiva	?
Cel Sérgio Paulo Muniz Costa	65
Gal Clovis Purper Bandeira	73
Gal Maynard Marques de Santa Rosa	74
Gal José Mauro Moreira Cupertino	75
Alte Mario Cesar Flores	87
Alte Sergio Tasso Vásquez de Aquino	?
Cel Marco Santos	?

Fonte: criado pelo autor

Piero Leirner (2021a, p. 108) acredita que os oficiais do alto comando estiveram ativos na campanha eleitoral por algumas razões que os aproximavam. Primeiro, as semelhanças em suas carreiras e a proximidade geracional. Segundo, o conhecimento e o uso de estratégias MOUT (*Military Operations in Urban Terrain*) nas operações no Haiti, em alguns países da África e nas GLO's no Brasil. Em terceiro, o treinamento nos EUA e as interpretações próprias sobre o sentido da teoria da guerra híbrida.

Existem diferenças entre esse grupo de oficiais do alto comando⁴⁶ e o grupo da reserva presente no Clube Militar. Mas pode ser útil utilizar os três pontos do argumento de Piero Leirner para entender a unidade entre os oficiais: formações nos EUA, missões especiais no estrangeiro e proximidades geracionais.

Estou utilizando estritamente o seguinte grupo de oficiais presentes nas edições da revista em 2018: Cel Sérgio Paulo Muniz Costa, Gal Clovis Purper Bandeira, Gal Alberto Mendes Cardoso, Gal José Mauro Moreira Cupertino, Gal Luiz Eduardo Rocha Paiva, Alte

⁴⁶ O alto comando era formado por generais próximos ao comandante Villas-Bôas, como Sergio Etchegoyen, Fernando Azevedo e Silva, Paulo Humberto, Mauro Cid, Tomás Ribeiro Paiva, Otávio Rêgo Barros e Ubiratan Poty (CASTRO, 2021, p. 196-195).

Sergio Tasso Vásquez de Aquino, Gal Maynard Marques de Santa Rosa, Alte Mario Cesar Flores e Cel Marco Santos. O que há em comum entre eles e o que os aproximava?

Alguns acumularam experiência em missões de paz no exterior. É o caso do Gal Cupertino, que ainda jovem esteve na Faixa de Gaza e do Gal Rocha Paiva, observador militar da ONU em El Salvador.

Muitos exibiam em seus currículos cursos de formação nos EUA. O Gal Rocha Paiva esteve em 1985 na Escola de Assalto Aéreo do Exército dos EUA. O Gal Purper Bandeira esteve nos anos 1990 na Escola de Guerra do Exército dos EUA, mesma escola em que o Gal Maynard Santa Rosa cursou Política e Estratégia, no final dos anos 1980. Ambos se formaram na Aman em 1973 - mesmo ano do comandante Villas Bôas.

Outro fator de aproximação entre os diferentes segmentos da hierarquia militar é a excelência na formação e os altos postos alcançados. Alguns, conseguiram doutorado nas escolas militares: o Cel Marco Antonio dos Santos, o Gal Maynard Santa Rosa e o Gal Mendes Cardoso obtiveram pela ECEME⁴⁷. O Gal Mendes Cardoso possui uma longa vida política, e entre outras coisas, tornou-se ministro da Segurança Institucional durante o governo Fernando Henrique Cardoso e participou da criação do Ministério das Defesa - o Gal Maynard Santa Rosa também participou como um dos representantes do exército. O Gal Rocha Paiva destacava-se e gozava de grande prestígio por conseguir um feito raro, era doutorado nas três escolas militares, AMAN, EsAO e ECEME. Ele também foi comandante da ECEME entre 2004 e 2006. Outro que alcançou o posto de comandante, só que da Aman, foi o Gal Cupertino, entre 1997 e 1999.

O Alte Mário César Flores, por fazer parte da Marinha, foge do enquadramento do exército, mas não podemos desprezar sua participação na “campanha não oficial” de 2018.⁴⁸ O almirante esteve no comando da Esquadra e do Estado-Maior da Armada, da Escola de Guerra Naval, entre outras frentes. Ele destacava-se também pela sua trajetória política, pois foi ministro da Marinha no governo Collor e fez parte do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Até em razão da idade, estamos falando de uma parcela da reserva que teve tempo para uma progressão na carreira militar e criar uma trajetória semelhante a de muitos militares de elite. Os altos cargos ocupados ao longo de suas trajetórias, como secretários, assessores, ministros e comandantes, tornava-os especiais pela rede de relações estabelecidas. Muitos

⁴⁷ A ECEME forma a elite militar que chegará ao generalato e integrará um dos quatro Comandos Militares de Área.

⁴⁸ Oficiais da marinha possuem o seu Clube Naval e os seus espaços próprios de divulgação de ideias.

deles afirmavam conhecerem, participarem de reuniões, visitarem ou serem visitados pelo comandante Villas Bôas, em alguma oportunidade estiveram com o Gal Mourão ou com o capitão e deputado federal, Jair Bolsonaro.

Como explicam Eduardo Raposo e Everton Santos (2019, p. 62-63), o militar de carreira, após cumprir seus anos na ativa, é transferido para a reserva - primeiro a remunerada, depois reformado. E nesse processo como reservista, jamais deixa de ser militar, não perde sua patente, mantém direitos e deveres, e permanece sob o regime jurídico próprio dos militares.⁴⁹ Na prática, o militar da reserva continua sendo regido pela instituição militar, tem nela suas principais referências e interage com ela usufruindo do último posto ocupado quando ainda era da ativa. Além disso, pode manter o domínio da corporação na sua vida privada cotidiana - por exemplo, servir-se da assistência médica, de empréstimos, tempo de lazer, moradia e alimentação (LEIRNER, 2020, p. 30-31).

Um importante fator que aproxima a reserva e a ativa do exército é o fato de compartilharem uma formação militar na principal escola de formação de militares do país. A coesão intergeracional no exército brasileiro é construída e explicada pela formação comum dos oficiais dentro da Aman: “o militar de carreira, mesmo na reserva ou reformado, continua nesta situação de oficial do Exército” (RAPOSO; SANTOS, 2019, p. 62-65). Ser um oficial do exército constitui, assim, uma identidade capaz de integrar o que aparentemente seriam grupos distintos.

Na verdade, a formação, a trajetória pessoal e o culto aos valores da disciplina e da hierarquia os tornam semelhantes.⁵⁰ É como se desenvolvessem uma mesma visão de mundo. É o paradoxo da corporação pública, mas fechada e particularizada, e que encara sua visão particular como a visão pública (LEIRNER, 2020, p. 36). Esse grupo de oficiais que compartilha elementos comuns são chamados por Eduardo Raposo e Everton Santos (2019) de “elite do exército”. Isso tem uma explicação simples: somente oficiais formados na Aman podem chegar ao mais alto posto do generalato e compor o Alto-Comando do Exército.

⁴⁹ O militar da reserva deve seguir o art. 2º do Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, que aprova o Regulamento Disciplinar do Exército: “Estão sujeitos a este Regulamento os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados”. Uma transgressão de um militar da reserva pode ser punida disciplinarmente da mesma forma que o da ativa.

⁵⁰ Identificar as semelhanças entre diferentes grupos militares não pode prescindir da hierarquia. Obedece-se a uma hierarquia militar que faz cortes entre militar/paisano, praça/oficial, entre as patentes, a classificação pessoal e o tempo de serviço (LEIRNER, 2020, p. 104-05). A classificação pessoal e o tempo de serviço talvez sejam os fatores de aproximação do grupo militar do alto escalão e os reservistas que escreviam no Clube Militar tratando sobre as eleições.

TABELA 2 - Turmas dos oficiais da reserva

Oficial	Turma Aman
Alte Mario Cesar Flores	1952
Alte Sergio Tasso Vásquez de Aquino	1956
Gal Alberto Mendes Cardoso	1962
Gal José Mauro Moreira Cupertino	1963
Gal Clovis Purper Bandeira	1967
Gal Maynard Marques de Santa Rosa	1967
Gal Luiz Eduardo Rocha Paiva	1973
Cel Sérgio Paulo Muniz Costa	1975
Cel Marco Santos	1975

Fonte: criado pelo autor

O Gal Cupertino, que foi voluntário durante os jogos olímpicos de 2016 e comandou a principal escola de formação militar, a Aman, entre 1997 e 1999, revelou algo importante em 2019. Em entrevista, disse: “Eu tive uma participação muito grande na fase da campanha”, referindo-se ao período das eleições de 2018.⁵¹ Nessa mesma oportunidade, indicou existir um tipo particular de militar: o oficial da *reserva ativa*.

Esse modelo de oficial pertencente à reserva ativa seria, para o Gal Cupertino, uma solução para contribuir na política. A definição de *reserva ativa* dada pelo general evidencia um fenômeno típico já estudado por Celso Castro (1990) e Piero Leirner (1997) em relação ao corte hierárquico produzido pelos próprios militares. No alto da hierarquia, está a ativa, e a partir dela existem gradações, passando por quem não veste mais a farda e compõem a reserva (Castro, 1990). Piero Leirner (2020, p. 27-28) afirma que, embora não fossem mais da ativa, e pertencessem a uma nova realidade, conhecida entre o meio militar como a dos reservistas (com suas associações, clubes e representantes), distinguiam-se do mundo civil por justamente seguirem pertencendo à *corporação*. Corporação é um termo utilizado entre os oficiais e representa um mundo militar com hierarquia, valores e regras próprias. Essa

⁵¹ Disponível em <https://tribunademinas.com.br/tm-tv/entrevistas/encontro-com-cr/24-11-2019/encontro-com-cr-entrevista-o-general-da-reserva-jose-mauro-moreira-cupertino.html>. Acesso em 07/09/2023.

percepção de Piero Leirner construída ao longo de seu trabalho etnográfico vai ao encontro da ideia de Héctor Saint-Pierre (2021, p. 259) sobre o sentimento de “pertencimento à corporação militar”. Essa seria a explicação para a unidade entre os diferentes grupos militares.

É forjada, então, uma identidade particular e distinta dos “de fora”, ou seja, os civis e seu mundo. Fazer parte da corporação aproxima-os e é essencial para a sua visão de mundo. A *reserva ativa*, como diz o Gal Cupertino, é um grupo atuante nas eleições de 2018 e construiu uma campanha cujo conteúdo será apresentado a seguir.

3 MILITARES E ELEIÇÕES DE 2018

A partir de agora vamos analisar os textos publicados pela revista do Clube Militar e que abordaram diretamente as eleições de 2018. Iremos nos deter no seguinte grupo de oficiais da *reserva ativa*: Cel Sérgio Paulo Muniz Costa, Gal Clovis Purper Bandeira, Gal Alberto Mendes Cardoso, Gal José Mauro Moreira Cupertino, Gal Luiz Eduardo Rocha Paiva, Alte Sergio Tasso Vásquez de Aquino, Gal Maynard Marques de Santa Rosa, Alte Mario Cesar Flores e Cel Marco Santos.

Analisar o que escreveram não é uma tarefa simples. Os militares possuem uma retórica própria, usam as palavras estrategicamente, dizem o que dizem no espaço público para provocar certos humores, despertar a atenção do público, colocar ou retirar alguma preocupação nacional, ora posicionando-se como “agentes do caos”, ora mais próximos de um apaziguamento dos momentos críticos - como vimos, fazia parte da linha de pensamento de Villas Bôas uma gestão das crises provocadas pelos seus subordinados.

Como diz o historiador Domingos Neto (2021, p. 14), “todo militar, por dever de ofício, aprende a dissimular e camuflar intenções.”. Sem ter em vista estas características discursivas de uma instituição muito particular e sem a contextualização histórica podemos supervalorizar o que é comum no modo de agir da caserna, dissipar padrões de comportamento, perder de vista minúcias relevantes que podem indicar tensões internas e visões dissensuais, entre outras questões. Como afirmou o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 31), “há, entre os militares, inúmeras contradições, projetos diferenciados, ciúmes e diferenças de personalidades, de geração (...)”. É importante assimilar essas orientações, mas, ao mesmo tempo, não esquecer que as diferenças foram de algum modo atenuadas, isso porque as fontes passaram obrigatoriamente por uma linha editorial e existe um alinhamento em torno das eleições de 2018.

Para evitar problemas analíticos, confusões e erros interpretativos, busco inserir o contexto de produção dos textos e precisar melhor o que, como e porque os militares disseram o que disseram. Algumas vezes, aproximo os textos pelas suas semelhanças. Em outras, faço importantes distinções. Tento também obedecer a particularidade de um ano eleitoral. Viver as eleições antes mesmo da campanha oficial é uma tradição no Brasil, e precisa ser, portanto, um ponto de partida para qualquer pesquisa no assunto. E existiram mudanças importantes naquele ano que impactou a todos os interessados naquelas eleições.

Como apontou Jairo Nicolau (2020, p. 21-24), as mudanças nas regras eleitorais de 2018 foram significativas. O prazo mínimo de filiação antes da eleição foi reduzido de um

ano para seis meses. E Bolsonaro se beneficiou aqui porque teve tempo para várias negociações com alguns partidos políticos, até se filiar ao PSL, em 7 de março. Além disso, a duração da campanha eleitoral oficial caiu pela metade, o que antes eram 90 dias, agora seria feito em apenas 45 dias. Na prática, fez com que as campanhas começassem mais tarde, oficialmente a partir do dia 15 de agosto. O tempo de propaganda na TV e rádio desceu de 45 dias para 35 dias.⁵² As eleições de 2018 também marcam o fim da doação empresarial para partidos e candidatos. Foi criado um fundo público, e além dele, existia a possibilidade de financiamentos coletivos e o uso dos próprios recursos dos candidatos. Tudo isso respeitando um teto de gastos discriminado pelo TSE.

Os pequenos partidos, inclusive o PSL, pareciam fadados, pela reforma eleitoral, a serem aniquilados. O tempo de exposição era curto para a maioria dos candidatos. Como explicar, diante de um quadro como esse, o favoritismo de Bolsonaro? Há inúmeras explicações possíveis e a pesquisa não pretende adentrar especificamente nessa discussão. O que vale a pena mostrar é que a “campanha não oficial” articulada pelos militares da *reserva ativa* e organizada pela hierarquia militar compôs um elemento importante no conjunto de atores que participaram da candidatura do deputado Bolsonaro. Era uma linha de força compensatória da fragilidade da campanha nos marcos da reforma eleitoral de 2018. A propaganda política nas plataformas, como apontou Marcelo Alves dos Santos (2019, p. 125), mudaria a disputa comunicacional; os investimentos de recursos particulares, nas sombras e às margens do registro de doações eleitorais influenciaram a partir da segunda década do séc. XXI as disputas eleitorais.

Em relação à caserna, havia uma vontade interna de intervir na política, gestada, talvez, muito antes do que a sociedade, os cientistas sociais e os historiadores pudessem imaginar. Algumas monografias de concluintes dos cursos de formação da Aman, e que em 2018 ou estavam sendo defendidas, ou estavam em fase de elaboração, indicavam uma visão conservadora sobre o passado e indicavam a relevância do papel intervencionista das Forças Armadas (MELLO, 2022). A pesquisa do major Denis Miranda (2018, p. 86-87) também expôs esse ânimo militar nas fileiras da Aman. Quando ele realizou a coleta de dados, em 2012, para a sua dissertação, extraiu a percepção dos oficiais sobre a influência que eles

⁵² Para se ter uma ideia, o candidato do PSL teve 8 segundos de propaganda por bloco na TV e rádio no primeiro turno, o que dá 1,1% do tempo total da propaganda eleitoral. Alckmin (PSDB), por exemplo, tinha 44,5% do tempo de propaganda; Haddad (PT), 19,2%; e Henrique Meirelles (MDB), 15,4% (NICOLAU, 2020, p. 24). O tempo de propaganda em TV e rádio impossibilitava que Bolsonaro possuísse uma campanha sólida. Todavia, já na largada da campanha oficial de 2018, em agosto, tinha cerca de 20% das preferências, conforme as pesquisas de intenção de voto. Sua campanha concentrava-se nas redes, na Internet, Facebook, WhatsApp, e contava com o apoio de vários segmentos da direita.

exerciam na política. Num universo de pouco mais de 600 entrevistados, 48,3% disse “pouco” e 44,8% respondeu “nenhum” quando questionados sobre o grau de influência do exército na política. O que é revelador é que quando perguntados sobre qual deveria ser, nas suas visões, a intensidade dessa influência, opera-se uma inversão: 45,4% diz “muito”, e praticamente permanece o percentual para “pouco”. A migração das respostas nas duas perguntas indica algo importante, deixa um sinal a respeito da predisposição por parte de um grupo de militares para dar um passo a mais.

No começo do ano de 2018, o Gal da reserva Maynard Marques de Santa Rosa (2018, n. 468, p. 13) julgava que “nenhum presidente seria capaz de impulsionar as reformas estruturais necessárias”. Foi ele que, no ano de 2010, num ato de indisciplina, atacou publicamente o decreto presidencial que determinava a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (LIMA, 2022, p. 214) e seria exonerado pelas críticas feitas à Comissão Nacional da Verdade. A agenda de reformas da qual crê serem necessárias para o país era prejudicada pela lógica do Legislativo e dos partidos políticos. O presidente da república em exercício, Michel Temer, para ele, não tinha grandes responsabilidades, e não podia avançar diante da política do “toma lá, da cá”. A solução para o imobilismo estaria numa improvável revisão da Constituição Federal. Ele e outros generais aventavam essa possibilidade no interior do Clube Militar.

Frente a isso, o Gal Santa Rosa (2018, n. 468, p. 13) não estranhava o aparecimento de *outsiders* distantes do “estamento burocrático”. Os “balões de ensaio” que “surgem do nada” testavam a recepção da imprensa, dos partidos e da sociedade brasileira. Eram, portanto, justificáveis e compreensíveis para um país que estava “procurando o rumo”. Talvez os maiores exemplos desse argumento e que lhe dá sentido tenham sido o juiz Sérgio Moro, responsável por conduzir a operação Lava-Jato, e o apresentador de TV Luciano Huck. Estas duas figuras até foram agraciadas em abril pelo comandante Villas Bôas com a Ordem do Mérito Militar e, nos bastidores, alimentavam algumas expectativas (VICTOR, 2022, p. 193).

O Alte da reserva Mario Cesar Flores (2018, n. 468, p. 15) seguia a mesma toada do Gal Santa Rosa, enxergava ainda em janeiro que as eleições daquele ano poderiam produzir uma “renovação política”. Fazia como de costume aos poucos almirantes que escreviam para a revista e tocavam no tema das eleições e da política: amarrava suas argumentações com o problema da defesa nacional e a estratégia de proteção. Entretanto, era mais incisivo nas suas afirmações se comparado aos seus companheiros da marinha.

O Alte reformado Sergio Tasso Vásquez de Aquino (2018, n. 469, p. 08) dizia que estávamos em “um severo teste de sobrevivência (...) à incipiente democracia brasileira”. A

conclusão vinha após as denúncias feitas contra o presidente Michel Temer por corrupção. O Congresso impedia que as denúncias contra Temer fossem adiante, e chegassem no STF, o que piorava a percepção pública sobre a política e os políticos. Por isso, nas eleições daquele ano, o Alte Vásquez de Aquino avisava aos brasileiros para que votassem nos “candidatos bons”, “conhecidos e reconhecidos por vida digna”, pela “competência”, “dedicação” e “coragem”.

O discurso do “nós” contra “eles” fazia parte de quase todos os artigos. O exército brasileiro, como mostra a pesquisa de Piero Leirner (2020, p. 17), comumente opera na chave da guerra ou dos “tempos de paz” - é quando cumprem um papel ao qual chamam de “dissuasão”, o que significa “(...) uma pressuposição de que sempre alguém está querendo atacar”. Com isso, adentram no espectro do “inimigo” diversos grupos sociais, sobretudo os nacionais, os quais, supostamente, agiriam alinhados ideologicamente com outros países e organizações internacionais.⁵³

Os almirantes Cesar Flores e Vásquez de Aquino, formados em turmas distintas nos anos 1950, percebiam e defendiam uma mesma coisa: a renovação da política. Essa ideia perpassa também alguns outros textos. Torna-se quase um jargão ou um lugar-comum: o ponto de partida é a crise; o ponto de chegada, a renovação. E fazia sentido dentro de um contexto em que a disputa se acirrava entre o lulismo e o “partido da Lava-Jato” (CORBELLINI, MOURA, 2019, p. 56).⁵⁴ Passado um trimestre entre o texto do Gal Santa Rosa e o do Alte Vásquez de Aquino já não havia mais lugar para *outsiders*, e candidaturas periféricas eram drenadas pelos dois candidatos à frente nas pesquisas. O interessante é que nesse esquema de explicação da realidade onde reina a desordem, os militares supostamente possuiriam a solução. Os militares da reserva ativa consideravam fazer parte da única e última instituição a cultivar os valores para a transformação da política.⁵⁵

⁵³ Os militares brasileiros, historicamente, não miram um povo externo, mas um inimigo interno responsável por ameaçar a ordem do país (MOTTA, 2000). O anticomunismo como fenômeno histórico do século XX possivelmente entrou no novo milênio mantendo algumas características, sobretudo nos discursos efusivos de militares, mas recebendo um novo verniz proporcionado também pelo negacionismo, como será visto adiante nas discussões sobre as urnas eletrônicas.

⁵⁴ Utilizo a interpretação de Juliano Corbellini e Maurício Moura (2019). O partido da Lava-Jato era uma expressão que representava a anti-política, o anti-sistema e a mobilização dos sentimentos de raiva e ódio. Antes mesmo das eleições de 2018 vários políticos de direita ensaiaram lançar-se como líderes do partido da Lava-Jato. Em oposição, a maior força capaz de fazer frente era o lulismo. O imperativo da polarização foi ao longo das eleições desidratando outros candidatos, apesar das tentativas de fazer contraste por parte de algumas campanhas - o maior exemplo disso e de fracasso foi o PSDB.

⁵⁵ Sobre o tema dos valores militares, Daniela Wortmeyer (2017) realizou um trabalho com jovens ingressos na Aman e explica como esses valores são incorporados na formação. Denis Miranda (2018) fez algo semelhante para entender a identidade e o “caráter militar”. Eduardo Raposo e Everton Santos (2019) estudaram a formação da “elite do exército” oriunda da Aman observando os pontos de aproximação entre oficiais da ativa e reserva. E, por fim, Piero Leirner (2020) tratou dos valores apresentando o mundo interno militar e sua organização pelas chaves da hierarquia e disciplina.

Um pouco mais tarde, o Gal Santa Rosa (2018, n. 469, p. 06) escreve sugerindo um “aprimoramento institucional”. Revelava não apenas um descontentamento com o funcionamento da política, mas também apresentava elementos pensando nas disputas eleitorais. O texto não apareceu só na revista, foi apresentado também no II Congresso Avança Brasil, ocorrido na cidade de Santo Amaro (SP), em abril de 2018. O congresso levava o nome do movimento Avança Brasil. Caracterizado pelo conservadorismo, o movimento se autodefinia como um “grupo de patriotas” em sua página do Facebook. Criado em 2015,⁹ era liderado pelo empresário Eduardo Platon. Um dos temas discutidos naquele evento foi “a luta do voto sem fraude”.⁵⁶ Além do Gal Santa Rosa, foi convidado o Gal Augusto Heleno.

Em 2018 eram expressivos os movimentos de direita construídos nos anos anteriores. Tratava-se de uma militância organizada, feita por diversos grupos políticos marginais, dentro de um espectro difuso, com forte apelo nacionalista e com elementos de um “ultraliberalismo-conservador” (ROCHA, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019). Um dos elementos que aproximava estes grupos e os militares do Clube Militar era o antipetismo. Como aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2019), o antipetismo foi um movimento das direitas de reapropriação da tradição anticomunista. Também era um termo guarda-chuva representativo de tudo o que havia de mal na sociedade brasileira, e estava associado ao conservadorismo comportamental, à corrupção, ao vínculo entre o PT e os governos venezuelanos de Maduro e Chávez, à doutrinação e distribuição do “kit gay” nas escolas (NICOLAU, 2020, p. 81-82). A definição de antipetismo de Jairo Nicolau é precisa e consegue captar o conteúdo expresso em praticamente todos os textos aqui selecionados.

O texto do Gal Santa Rosa apresenta, na bem da verdade, uma agenda de reformas muito semelhante com a de outros militares que escreviam para a revista. Entre as suas indicações, o artigo 5º da Constituição deveria ser reformulado já que “legalizou as atividades das antigas células subversivas”. As organizações não governamentais (ONG’s) e os movimentos sociais extrapolavam, para ele, o limite do razoável e colocavam em cena “objetivos inconfessáveis”. A “profissionalização do serviço público” para evitar a “politização” teria como consequência uma queda vertiginosa no número de partidos políticos, não ultrapassando dez - suficiente no seu olhar para garantir a representatividade. Em síntese, desejava a liberalização da economia, a reforma administrativa do estado, dos partidos políticos, da educação, da segurança pública, e, por fim, da própria constituição. Para esta última, dizia ser preciso “prepará-la, mediante uma campanha psicológica de longo

⁵⁶ Disponível em: <http://www.movimentofederalista.org.br/2682-2/>. Acesso em 20/08/2023.

curso”. Sobre esse tema, o Gal Rocha Paiva tinha a sua contribuição. Ele era diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres e havia participado do 1º Fórum Federalista Nacional, em outubro de 2018. Nesse encontro, houve uma ampla discussão promovida pelo Instituto Federalista sobre a constituição brasileira.⁵⁷ Sem adentrar no mérito dos debates, é possível perceber a existência, portanto, de condições materiais, com empresas e eventos, para amparar discussões que adentravam no Clube Militar e faziam parte do mundo dos oficiais da reserva.

Como o texto do Gal Santa Rosa fez parte de um congresso, talvez isso explique a sua tendência a abordar tantos temas de uma só vez e, além disso, o seu caráter propositivo. Era um artigo distinto dos demais. Entre todos os pontos apresentados pelo general, vale destacar a sua atenção especial para o tema da segurança pública. O Gal Santa Rosa defendia a implantação de um Programa Nacional de Segurança Pública, uma revisão realista do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Estatuto da Infância e da Adolescência. Parecia que a segurança pública havia se tornado o assunto de domínio dos militares. Podiam ser porta-vozes do assunto pelos seus trabalhos recentes - segurança da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), intervenção no Rio de Janeiro (2018) e negociação direta na greve nacional dos caminhoneiros (2018). A posição privilegiada no tema e a notoriedade ímpar conquistada foram potencializadas com a percepção da opinião pública. Esses eventos não modificaram a confiança dos brasileiros nas três forças. Além disso, as pesquisas de opinião em 2018 mostravam que para os brasileiros a segurança era o maior problema do Brasil (CORBELLINI; MOURA, 2019, p. 30; NICOLAU, 2020, p. 47). Portanto, era uma pauta incontornável nas campanhas daquele ano. O Cel Sérgio Paulo Muniz Costa (2018, n. 470, p. 39) quando conclamava os eleitores - “Às urnas, filhos e filhas do Brasil!” também erguia a bandeira do combate ao crime organizado. Para ele, esse deveria ser o tema central do próximo governo.

Os temas nacionais merecedores de mudanças e transformações, apontados pelo Gal Santa Rosa, alinhavam-se com as declarações do comandante Villas Bôas. No seu livro de memórias, o *script* não se afasta do que encontramos nos artigos da revista do Clube Militar: a questão do anticomunismo anacrônico, o problema do politicamente correto, a ideia da corrupção endêmica, a culpa do PT, a solução neoliberal para a economia e a crise da segurança pública. Este *script* talvez esteja relacionado com a estratégia de comunicação do exército, a qual já abordamos anteriormente. Essa seleção de assuntos e padrões explicativos

⁵⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HjB4QMWgASA&ab_channel=InstitutoFederalista. Acesso em: 10/09/2023.

gera em quem lê os artigos do Clube Militar a impressão de repisar as mesmas coisas. Apesar de autorias distintas, grande parte dos textos são, em boa parte, praticamente idênticos numa primeira e rápida leitura. Além disso, a impressão deixada ao leitor é de uma equivalência da política à corrupção, que, como apontou Luciana Ballestrin (2018, p. 160), são discursos que trabalham pela destruição da democracia, desejam afastar as pessoas da política e produzir um sentimento de rejeição aos partidos, à classe política e às instituições.

Aos olhos do mais radical entre os militares que escreviam para a revista, Gal Rocha Paiva (2018, n. 469, p. 24-25), os espectros políticos no Brasil se dividiram em três. Segundo ele, existiam os “patrimonialistas”, também chamados “fisiológicos” e “não ideológicos”. Faziam parte desse campo figuras como Renan Calheiros, Romero Jucá e Michel Temer. Os “socialistas marxistas”, representados por Lula, Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias. E, por fim, os “socialistas fabianistas”, representados por Fernando Henrique Cardoso, Aécio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra. Os exemplos dados para cada um dos três campos políticos foram do próprio general. Nenhum deles representava os interesses do general. As décadas de democracia pós ditadura militar, segundo ele, “mostraram que a sociedade não amadureceu o bastante, nem está educada o suficiente para ter total autonomia para conduzir o país” (2018, n. 469, p. 25).⁵⁸ O povo não maduro e incapaz de viver a democracia explicaria a situação desastrosa da política. Era uma leitura sobre o país e sua condição estrutural, a qual não mudaria de uma hora para outra. Deixava em aberto a pergunta: então, quem conduziria o país?

Oficiais como Rocha Paiva cultivavam uma concepção de Força Armada salvacionista (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020, p. 09), como se ela fosse a única capaz de entender e traduzir os anseios nacionais ou a vontade nacional. A dissertação de Roziane Cerqueira (2020, p. 136) demonstrou a validade dessa interpretação décadas atrás. Ela estudou a maneira como os militares, antes do golpe militar de 1964, viam as classes populares ou as classes políticas como débeis e sem um projeto nacional, não deixando saída às Forças Armadas senão assumirem o protagonismo da política nacional quando fosse necessário.

Nesse texto do Gal Rocha Paiva, a solução para aquelas eleições estava numa “liderança centrista” e num “governo com poder e autoridade apenas um pouco menos amplos do que os do regime militar”. O problema, no entanto, era a própria democracia, definida pelo general como “algo abstrato e difícil de se definir concretamente” (2018, n. 469, p. 25). O tom virulento no seu texto se parece com aquilo que Giuliano Da Empoli (2019, p. 52) escreveu ao

⁵⁸ Não abordo sobre os usos do passado na campanha eleitoral de 2018. Caroline Bauer (2020) já realizou esse tipo de pesquisa.

falar sobre o uso do medo, do preconceito e do insulto pelos “engenheiros do caos” para chamar a atenção dos eleitores. Não é estranho que esse e outros textos elaborados pelo Gal Rocha Paiva também foram publicados no site *Verdade Sufocada*, mantido por Joselita Ustra, esposa do Cel Carlos Alberto Brilhante Ustra - conhecido pelas torturas praticadas durante a ditadura militar e denunciadas pela Comissão Nacional da Verdade.

Empoli (2019) chama de “engenheiros do caos” os grupos de direita e extrema-direita que utilizam plataformas digitais para sustentar suas posições absurdas e caóticas, diluindo as diferenças entre os segmentos sociais numa aparente e simplória oposição entre “povo” e “elites”. Nesse sentido, existem semelhanças com o grupo o qual analiso e o termo é útil na medida em que muitos dos reservistas que escreviam falavam em nome ou em defesa do povo. Sempre estão contra uma ordem estabelecida, seja ela as elites políticas, seja ela o fantasma do comunismo que resiste e sobrevive nas entranhas do aparelho do estado.

O Gal Rocha Paiva (2018, n. 469, p. 25) frisa o risco de não serem retirados os elementos fisiológicos que corroem o estado e a ameaça do retorno do PT ao governo. Para ele, houve “(...) um revés com a saída do PT do governo, mas ele manteve o controle de setores importantes”. Mesmo com o processo do golpe de 2016, o PT ainda poderia, na sua visão, comprometer a “paz” e o “futuro” do país. É curioso que mesmo fora do governo, o PT fosse o problema. É como se houvesse um esforço em aparelhar setores do Estado e construir, assim, uma hegemonia (LEIRNER, 2021a, p. 121). Essa interpretação refletirá, como veremos, na questão das urnas eletrônicas.

Além da estratégia de comunicação do exército e da própria linha editorial da revista do Clube Militar, existem outros elementos que explicam o despertar do “grande mudo”. O exército ganhou notoriedade nacional em 2018 não apenas em razão do decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro.⁵⁹ A convocação do governo Temer para negociar a crise nacional dos caminhoneiros colocou-os no centro do noticiário e do dia a dia dos brasileiros que sentiam os efeitos da falta de abastecimento de gasolina e alimentos básicos em suas cidades. Foi o início de um processo tão relevante que acabou incluso no livro de memórias do comandante Villas Bôas (CASTRO, 2021, p. 191). Iniciada no dia 21 de maio de 2018, terminou oficialmente no dia 30 de maio. À frente do processo de desbloquear as rodovias, os militares iniciaram, em paralelo, um episódio que se desenvolveria naquelas eleições: manifestantes vestidos de verde e amarelo e com bandeiras do Brasil em frente aos

⁵⁹ Como demonstrou Fabio Victor (2022), esse processo de protagonismo militar dentro do governo federal é um pouco anterior, e está atrelado à sustentação do governo provisório de Michel Temer.

quartéis militares de todo o país.⁶⁰ Esses espaços foram o reduto de encontro entre civis e militares. Neles, pedia-se intervenção militar e os jornais passaram a noticiar diariamente os acontecimentos envolvendo a caserna. Os episódios nos quartéis levavam às casas o repertório de caos, indignação, ódio, e, principalmente, a estética utilizada por Bolsonaro.⁶¹

O Gal Rocha Paiva já havia se manifestado a favor de um golpe militar no final do ano de 2017, com espaço concedido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.⁶² Para ele, todos aqueles que estavam nas ruas pedindo intervenção militar antes que acontecessem as eleições de outubro eram “de índole verdadeiramente democrática, patriótica e pacífica” (2018, n. 469, p. 24-25). De maneira semelhante, o Cel Marco Santos (2018, n. 469, p. 30) deixava claro que os chefes militares estimavam aqueles movimentos e atribuíam existirem “pessoas de boa fé”. Eram acenos claros aos grupos bolsonaristas. Funcionava como estímulo para continuarem suas campanhas. Assim, alimentavam a rede da extrema direita.

Ao mesmo tempo que defendia posições fortes, o Gal Rocha Paiva (2018, n. 469, p. 24) afirmava e reiterava nas suas participações uma posição dúbia. Para ele, o exército não era favorável a uma intervenção, mas compreendia os pedidos pelo golpe: “não é justo condenar (...) o povo não vê saída pelas vias legais”. O que era mentira. O Instituto Datafolha divulgou o resultado de uma pesquisa de opinião realizada nos dias 03 e 04 de outubro de 2018 sobre as preferências dos brasileiros quanto ao regime político. Foram realizadas 10.930 entrevistas presenciais em 389 municípios. 69% afirmou que a democracia era sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. Entre os eleitores de Bolsonaro, 22% respondeu preferir uma ditadura - era o maior percentual entre os presidencialistas.⁶³

Na edição seguinte, o general voltou a escrever, reafirmando a necessidade de um presidente com “coragem e firmeza para combater (...) a epidemia vermelha, a máfia do colarinho branco e as ORCRIM”⁶⁴ (2018, n. 470, p. 29). Ainda que em contextos distintos, o tom se assemelha ao que Sonale Oliveira (2022, p. 13) percebeu nos discursos dos militares da reserva do Clube Militar em 2014 e 2015: “as declarações pejorativas acerca do oponente

⁶⁰ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/30/o-que-manifestantes-pediram-foi-golpe-militar-nao-intervencao.htm>. Acesso em 09/09/2023.

⁶¹ Minha hipótese é que estrategicamente criaram um fato para uma exposição daqueles que apoiavam Bolsonaro nos jornais e na mídia tradicional. Assim, o candidato do PSL conseguiria driblar as suas limitações de campanha oficial e ampliar indiretamente o tempo de TV.

⁶² Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-artigo-general-da-reserva-defende-novo-golpe-militar-no-brasil/>. Acesso em 10/09/2023.

⁶³ Disponível em

<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/05/8243d5308d78b278a50ace22acd0c018DD.pdf>>. Acesso: 06/08/2023.

⁶⁴ ORCRIM é a abreviação para organizações criminosas.

são extremadas e não utilizam subterfúgios ou meios-termos.”. Os neologismos para adjetivar o PT e o campo da esquerda brasileira, as relações estabelecidas entre situações notoriamente distintas, a responsabilização pelos problemas nacionais a um partido de esquerda, as aproximações entre antipetismo e anticomunismo, o receio do retorno das políticas voltadas aos grupos sociais das camadas excluídas, a relação entre aumento dos crimes comuns e o PT, são elementos que se aproximam da pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta (2019) sobre a “onda direitista”. Essas marcas no discurso do Gal Rocha Paiva talvez estivessem melhor diluídas nos demais oficiais, mas ainda assim estavam presentes, e é possível que o tom estivesse melhor relacionado ao que Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 31) repara quanto às diferenças de humor e personalidade de cada militar.

Há uma passagem enigmática em que parece que o Gal Rocha Paiva (2018, n. 470, p. 29) fala diretamente com o candidato Bolsonaro. Abaixo a transcrevo:

“(…) reconheça seus erros e demonstre vontade de não os repetir (você já está fazendo isso) (...) Entenda que você não mais se pertence, pela responsabilidade de representar a volta da esperança e confiança da nação em um futuro luminoso. Boa sorte! Brasil acima de tudo!”

Nessa passagem, revela o seu um apoio mesmo não concordando totalmente com o que o candidato fazia ou pensava. Ainda assim, ele era o candidato da sua preferência. Como disse Villas-Bôas (CASTRO, 2021, p. 219), “ele [Bolsonaro] despertou o entusiasmo entre os militares, por expressar posições de forma inédita, indo ao encontro da ansiedade de muitos”.

Um dos raros momentos em que as eleições para a presidência não foram o alvo principal, o Gal José Mauro Moreira Cupertino (2018, n. 470, p. 34) tratou da possibilidade de novos quadros no Congresso e Câmaras Estaduais. Para ele, os militares da reserva (exclusivamente) candidatos naquelas eleições eram “soldados cidadãos” que, após vencerem a barreira das filiações partidárias, saíram da inatividade e deram “a cara a tapa” para a almejada transformação do país.⁶⁵ Entre esses “soldados cidadãos”, estava o Gal Paulo Chagas, ausente de todos os números da revista em 2018, mas um assíduo escritor da revista até então e um dos propagadores das ideias mais tresloucadas entre os militares da reserva. O Gal Paulo Chagas concorreu a governador pelo Distrito Federal pelo PRP e foi um dos articuladores da reaproximação de Bolsonaro com os oficiais da ativa nos anos 1990 (VICTOR, 2022, p. 112). Na passagem da presidência do Clube à Mourão, Gilberto

⁶⁵ A história dessa prática aparentemente é mais longa do que se imagina. Em 1993, o jornal *Ombro a Ombro*, que reunia militares da reserva, fez algo semelhante. Empreendeu uma campanha pela mobilização dos militares para as eleições à deputado federal no ano seguinte. Naquele mesmo ano, Bolsonaro esteve no Clube Militar junto com outros onze grupos de pressão formados por reservistas para debater as candidaturas (SANTOS, E. 2021, p. 289).

Rodrigues Pimentel revelou estar diante de alguém “disposto a apoiar e coordenar a iniciativa dos diversos militares que, determinados, pretendem colocar seus esforços, competência, honestidade e patriotismo a serviço do país, candidatando-se aos mais variados cargos eletivos” (CLUBE MILITAR, n. 469, p. 03). Em 2018, “o Clube Militar (...) passou a reunir uma série de militares que seriam candidatos às eleições” (SANTOS, 2021b, p. 165).⁶⁶

Para alguns oficiais, “o processo de entrada de militares da reserva na política partidária – sem a criação de um partido militar – não contaminaria o profissionalismo do dia a dia dos quartéis” (CARDOSO, 2018, n. 470, p. 36). Além do Gal Cupertino, o Gal Alberto Mendes Cardoso (2018, n. 470, p. 36-37) também tratou das eleições de militares para outros cargos políticos e orientou sobre as diferenças entre o período da campanha e o do exercício efetivo da nova função. Na verdade, o Gal Cardoso fez em um curto espaço uma cartilha bastante genérica sobre o que deveriam fazer os oficiais eleitos. Em resumo, sempre enaltece os valores da caserna como chave de sucesso dos militares candidatos. Em algumas oportunidades, beira o ingênuo as suas colocações e sugestões para o *modus operandi* na política, mas o que interessa mesmo aqui é perceber o otimismo do exército naquelas eleições e a construção interna dos seus candidatos. Esse texto foi publicado também no Eblog, canal oficial da ativa do exército e regulado pelo CComSEx.

O Gal Roberto Peternelli, na reserva desde 2014, e concorrente a deputado federal, foi responsável por organizar a lista de candidatos militares, e em julho de 2018 já eram 170 candidaturas. Somadas as forças de segurança (bombeiros, polícias militar, civil, rodoviária e federal), eram mais de 1.300 candidatos em todo o Brasil (VICTOR, 2022, p. 188). O padrão investigado por Eduardo Heleno Santos (2021b) era a candidatura de militares de turmas da Aman entre 1973 e 1977, portanto, oficiais potencialmente já da reserva.⁶⁷

Em agosto, já próximo das eleições, e poucos dias antes do início oficial da campanha eleitoral, o Clube Militar postou em seu portal na Internet o texto “Tiro certo”, de autoria do Gal Augusto Heleno.⁶⁸ Esse texto circulou em outros canais, como o Defesanet, e era direcionado aos militares indecisos. É praticamente um panfleto no qual faz um forte apelo

⁶⁶ O número de candidatos militares registrados no TSE era estável desde 2002. Em 2018, acontece uma elevação significativa nesse número (SANTOS, 2021a, p. 167).

⁶⁷ Com esse perfil, elegeram-se ao final das eleições, como deputados federais, Eliéser Girão Monteiro Filho (PSL-RN) e Roberto Peternelli (PSL-SP). Segundo o cientista político Luiz Felipe Miguel (2022, p. 249), naquelas eleições de 2018, foram eleitos 45 policiais e militares para a Câmara dos Deputados, sendo 24 deles novatos. Na sua contagem estão oficiais e suboficiais da reserva das três forças, policiais militares, policiais civis, federais, rodoviários e bombeiros militares: “todos os 24 militares no grupo dos novatos eleitos apoiaram a candidatura presidencial de Bolsonaro, ao menos no segundo turno; 17 deles concorreram pelo PSL.” (MIGUEL, 2022, p. 250). Não foram incluídos na sua contagem os militares eleitos para os parlamentos estaduais.

⁶⁸ O texto “Tiro certo” está disponível em

<https://www.defesanet.com.br/eleicao/noticia/30138/gen-heleno-tiro-certo/>. Acesso em 09/09/2023.

para quem ainda não compreendeu, como ele escreve, que “só temos uma opção”.⁶⁹ Villas-Bôas (CASTRO, 2021, p. 219) narrou em seu livro de memórias um suposto encontro com uma liderança petista no qual questionava a insistência do PT em se aliar a Lula, e duvidava que ele fosse “a única pessoa com o poder de unificar o país”.

O curioso é que para o Gal Augusto Heleno apenas quatro nomes se apresentavam como opções com alguma chance naquelas eleições: Marina Silva (Rede), Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (PSL).⁷⁰ O PT sequer era citado. Diante das opções, inicia então a especular porque os militares indecisos não deveriam votar em Ciro, Marina ou Alckmin. Este, seria contra os militares e incluiria-os em breve na previdência comum aos brasileiros. Além disso, daria fim aos processos em curso contra políticos do Centrão e à operação Lava-Jato. Ciro era citado como um destemperado, alguém que iniciaria uma forte intervenção nas três forças, mexeria nas promoções do exército e libertaria Lula da prisão. Marina, simplesmente, não reuniria, aos seus olhos, as habilidades necessárias para governar. Por isso, o seu arremate: “Jair Bolsonaro é a única chance de mudar o país”.

Villas-Bôas revelou que “Bolsonaro era o candidato da preferência dos militares em geral. No primeiro turno, os votos podem ter-se diluído por alguns outros concorrentes. No segundo turno, contudo, prevaleceu o sentimento antipetista.” (CASTRO, 2021, p. 217). O Gal Clovis Purper Bandeira (2018, n. 470, p. 03), há poucos dias das eleições, concluía que toda a incerteza que havia se explicava por uma combinação de fatores: o grande número de candidatos menores que dividiam os votos que poderiam reforçar os candidatos favoritos, os indecisos, os que declaravam voto nulo, em branco e as abstenções. Fazia algum sentido, portanto, os esforços para conquistar os votos dos eleitores indecisos ou fora do quadro

⁶⁹ Bolsonaro conquistou ao longo do tempo essa unanimidade dentro das forças. Como revelaram Marcelo Godoy (2019) e Fabio Victor (2022), o Gal Sérgio Augusto de Avellar Coutinho escreveu em 1989 dois relatórios para o Centro de Informações do Exército (CIE) preocupado com a mobilização de oficiais liderada por Bolsonaro e que poderiam comprometer a imagem da instituição. Bolsonaro, então capitão e vereador, era visto internamente pelas três forças como alguém que disseminava a discórdia dentro da corporação e fazia o “jogo das esquerdas”. Bolsonaro foi vice-presidente da Federação de Associação de Militares da Reserva (FAMIR) e organizava reuniões e palestras com esposas de militares para conseguir apoio e reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Os trabalhos dos dois jornalistas citados mostram como pouco a pouco o capitão se aproximou dos seus antigos desafetos até tornar-se imprescindível para as pretensões da caserna.

⁷⁰ Poucos dias depois dessa publicação circular no exército, as pesquisas de intenção de voto do Datafolha mostravam dois cenários: com Lula e sem Lula. Mesmo preso, sua candidatura ainda era avaliada pelo TSE e o PT ainda usava a sua imagem nas propagandas. Com Lula, as pesquisas mostravam a liderança do candidato do PT com ampla margem. Sem Lula, Bolsonaro liderava. No cenário em que aparece Lula, as três opções Ciro, Marina e Alckmin aparecem praticamente empatados com menos de 10% cada. Sem Lula, Marina ainda consegue esboçar alguma competitividade e se aproximar do candidato do PSL. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/08/1979559-39-votariam-em-lula-sem-petista-bolsonaro-lidera-disputa-presidencial.shtml>. Acesso em: 09/09/2023.

polarizado até o início de outubro. Daí em diante, o antipetismo alimentaria a disputa e fortaleceria um dos candidatos pelos índices de rejeição.⁷¹

3.1 O DISCURSO NEGACIONISTA

Os bastidores das eleições de 2018 no Supremo Tribunal Federal foram narrados por Felipe Recondo e Luiz Weber (2020), e em um dos episódios contam que “o candidato [Bolsonaro] e seus seguidores, *incluindo militares*, colocavam sob suspeita a lisura do processo eleitoral, em especial as urnas eletrônicas” (RECONDO; WEBER, 2020, p. 16-17).⁷²

Colocar as urnas e o processo eleitoral sob suspeita fez parte da campanha digital, de forma que o enquadramento dado ao tema não fugia do fenômeno associado ao uso de bots (robôs), às notícias falsas e à disseminação de mensagens de ódio. As mentiras e as *fake news* não são nenhuma novidade, os exemplos na história não faltam e muitas vezes indicam intenções ocultas. A função da história e dos historiadores também é verificá-las, analisá-las, interpretá-las e apresentar ao público as inconsistências e o contexto em que surgiram. Como disse Sônia Meneses, “o bolsonarismo não inventou a prática de notícias falsas, mas elevou essa experiência a um novo patamar” (MENESES, 2020, p. 43).

O uso de um tipo de discurso negacionista por parte dos militares será a partir de agora melhor explicado, para evitar confusões conceituais. Não utilizo a ideia de negacionismo tal como se fazia após a II Guerra Mundial.⁷³ O modo como o conceito aparece nos trabalhos de Sônia Meneses (2020); Mateus Henrique Pereira (2015); Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avellar e Berber Bevernage (2021) e Mateus Henrique Pereira e Daniel Pinha Silva (2021) aproxima-se melhor do que pretendo, auxilia na especificidade do fenômeno observado e do material interpretativo que reúno.

Sônia Meneses (2020, p. 37) repara que o conceito, a partir da segunda década do século XXI, ganhou novas conotações, mas, muitas vezes, ele foi utilizado de forma genérica e pouco precisa. Marcos Napolitano (2021, p. 96) é mais um que defende a necessidade de ampliar o conceito de negacionismo para entender seu uso em diferentes contextos. O negacionismo no Brasil e seus novos contornos também é percebido pelos historiadores

⁷¹ Villas-Bôas conta que “o sentimento antipetista era principalmente dirigido ao ex-presidente Lula. (...) “Havia uma forte rejeição.” (CASTRO, 2021, p. 217-218).

⁷² Os bastidores da campanha de Bolsonaro ao longo de 2018, com foco nas reuniões entre militares do alto comando, políticos de partidos de direita e empresários pode ser visto em Thaís Oyama (2020).

⁷³ O termo negacionismo surge com os fundadores da “escola revisionista” na França. Ele apoia-se, num primeiro momento, numa reinterpretação do conhecimento historiográfico sobre os judeus na II Guerra Mundial. Suas operações historiográficas falsificavam e distorciam muitas evidências sobre o holocausto (AVELAR; BEVERNAGE; VALIM; 2021, p. 14).

Mateus Henrique Pereira e Daniel Pinha Silva (2021). Para eles, as narrativas feitas durante a operação Lava-Jato⁷⁴ produziram a negação moralista da política e da vida institucional. A espetacularização e a publicidade nas ações de combate à corrupção criaram um “procedimento negacionista”. A operação Lava-Jato herdou, segundo eles, um tipo particular: o “negacionismo político bolsonarista”. O perfil desse negacionista pode ser caracterizado como anti-sistema e em permanente guerra contra a democracia (PEREIRA; SILVA, 2021, p. 137).

Nestes termos, Mateus Henrique Pereira (2015) considera o negacionismo uma radicalização da negação. O negacionismo é sempre uma “falsificação do fato”. A negação pode ser qualquer contestação da realidade, fato ou acontecimento. Leva à fantasias, distorções e embaralhamentos (PEREIRA, 2015, p. 865-66). Mais tarde, junto com Daniel Pinha Silva, afirma que, apesar das tentativas de distinguir os conceitos, “eles se sobrepõem, se interconectam, se entrecruzam e se interpõem constantemente” por serem “fenômenos dinâmicos e de difícil distinção quando confrontados com a realidade do passado histórico.” (PEREIRA; SILVA, 2021, p. 150). O negacionismo funcionaria, na prática, quase como uma “tática política” (AVELAR; VALIM, 2020). Entender como ela foi produzida em cada contexto específico pode contribuir para um profícuo campo de estudos para os historiadores interessados em compreender períodos de obscurantismo e descrença generalizada da política como solução para os problemas, conflitos e contradições.

Posto isso, por negacionismo entendo uma série de argumentações sem lastro ou evidências científicas, cuja intenção é falsear a realidade, relativizar os discursos, justificar acontecimentos históricos e práticas antidemocráticas, podendo até negar ações criminosas. Aqueles que produzem, disseminam e incentivam este tipo de discurso negacionista possuem certos poderes (tecnologia, dinheiro, alianças, prestígio, etc) e defendem intenções escusas. A rede da campanha digital e a militância de oficiais engajados na propaganda não oficial já demonstrada nesta pesquisa foi a condição indispensável para sustentação desse tipo de negacionismo.

A condução do processo eleitoral, o funcionamento das urnas eletrônicas e o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral foram alvos da campanha digital dos militares da reserva. As fontes permitem afirmar que eles não se imiscuíram também dessa “tática política”. É o que

⁷⁴ A operação Lava-Jato foi um conjunto de investigações dirigidas pela Polícia Federal entre 2014 e 2021. Sérgio Moro foi o principal e mais famoso juiz dessa operação.

pretendo demonstrar a partir de agora ao analisar e contextualizar o negacionismo dos militares do Clube Militar no contexto das eleições de 2018.⁷⁵

3.2 AS URNAS ELETRÔNICAS E O TSE

Em 2018, a maioria das *fake news* era compartilhada por apoiadores de Bolsonaro e visava atacar o candidato do PT (NICOLAU, 2020, p. 92-93). Conforme as pesquisas do IDEIA Big Data sobre as *fake news* (apud CORBELLINI; MOURA, 2019, p. 129-130), 98,2% dos eleitores de Bolsonaro entrevistados tinham sido expostos às *fake news* e 89,8% achavam que fossem verdades. Entre os eleitores em geral, 86% viram algo sobre o tema da fraude das urnas. A exposição aumentaria entre os eleitores de Bolsonaro: 93,1% disse ter visto algo sobre o tema. Destes, 74% acreditava na história das urnas fraudadas. Quem estava produzindo e alimentando essa rede de negacionismo?

No dia 4 de setembro, na sede do Clube Naval, uma ação conjunta foi realizada entre exército, marinha e aeronáutica. A Comissão Interclubes organizou o evento “Painel Segurança nas Urnas Eletrônicas e Segurança da Informação Digital” (CLUBE MILITAR, 2018, n. 470). Foram chamados como palestrantes o comandante Paulo Sérgio Pagliusi, o general Humberto Chagas Pradal e o comandante e também engenheiro Fabio Bittencourt Quirino. A moderação da mesa foi feita pelo professor e procurador do Ministério Público do Rio de Janeiro, Marcos Ramayana.⁷⁶

Pagliusi é de longe o mais experiente entre os três no assunto urnas eletrônicas. Fez parte, em 2014, da Comissão Parlamentar de Inquérito (chamada também de “CPI da Espionagem”) destinada a investigar a existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos no governo de Dilma Rousseff. Coordenou projetos, cursos e eventos na área de tecnologia e segurança da informação para empresas e órgãos públicos como Petrobras, Marinha, Ministério da Defesa, Advocacia-Geral da União (AGU), Receita Federal, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), entre outros.

⁷⁵ O negacionismo poderia ser visto como eixo articulador entre diferentes grupos da extrema direita brasileira. Os usos públicos do passado por comunidades evangélicas, políticos de partidos de direita, empresários, militares, imprensa, etc, não fazem parte dos nossos objetivos nesse momento.

⁷⁶ Piero Leirner (2021b, p. 108) usa o termo *sinergia* (utilizado pelos militares) para falar sobre a relação com o Judiciário. Era prática comum juizes, procuradores e desembargadores inscreverem-se em cursos regulares da Escola Superior de Guerra (ESG) e receberem honorarias do exército. Além de Marcos Ramayana, Reis Friede e outros procuradores e desembargadores também escreviam nas páginas da revista do Clube Militar.

A edição n. 470 da revista do Clube Militar informa que o auditório do Clube Naval contou com “um público interessado em conhecer mais a fundo o sistema do voto eletrônico, os mitos e verdades sobre sua segurança e as principais informações sobre segurança digital”.⁷⁷ Era uma aproximação entre os clubes interessados no mesmo tema. Conseguimos acesso à apresentação do Gal Pradal através da revista do Clube Militar (2018, n. 470). Já a abertura do evento por Ramayana e a palestra de Pagliusi foram assistidas no canal oficial do Clube Naval, disponível no YouTube.⁷⁸

Marcos Ramayana fez uma rápida história do direito eleitoral no Brasil e considerava, com muita sutileza, as eleições de 2018 sob risco de fraude. Pagliusi, na sua apresentação, deixou claro, de partida, que ninguém poderia garantir nem que a urna eletrônica fosse segura, nem que fosse insegura. O professor explicou ao longo da sua palestra o funcionamento da urna eletrônica. Reconhecia que o teste da urna era feito, mas para ele de forma limitada e sem o que chamava de “princípios da transparência plena” e “auditabilidade plena”.

O Gal Humberto Chagas Pradal teria apresentado algumas vulnerabilidades das urnas e apontado sugestões para as eleições de outubro. Ele era pastor batista e havia atuado como missionário em Senegal. Na sua apresentação, o voto em trânsito era uma brecha para fraudes nas sessões locais. Outro problema das urnas estaria relacionado aos fusos horários do país, o que faria, segundo ele, com que um montante final das urnas se concentrasse em Brasília, onde estava o reduto que representava uma ameaça. E lembrava o que havia acontecido nas eleições de 2014, quando especulou-se, já no final da apuração, que a acirrada disputa entre Aécio e Dilma teria sido manipulada. Essa linguagem especulativa, ausente de evidências fortes, representava um tipo de ilação. O TSE era o seu principal alvo, da mesma forma como para Pagliusi.

A principal questão, talvez, estava no fato de que o software das urnas era fechado e não poderia ser testado num dos laboratórios brasileiros. Para ambos, o TSE criou uma estrutura fechada. O sigilo adotado indicaria o risco de um golpe silencioso. Por mais que exista uma aparente relação, não passa do que Marcos Napolitano (2021, p. 97) percebe como estratégia do discurso negacionista: gerar uma confusão entre correlação e causalidade.

Não sendo disponibilizado o software da urna eletrônica para uma auditoria mais demorada e necessária, segundo Pagliusi, a transparência do processo estava comprometida.

⁷⁷ O episódio é confirmado pelo próprio Clube Naval. Disponível em <https://www.clubenaival.org.br/novo/?q=v%C3%ADdeos-das-palestras-11>. Acesso em 21/08/2023. O Clube Naval afirmava que o evento era coordenado pelo Grupo de Interesse em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). Após as apresentações, houve uma sessão de debates.

⁷⁸ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=d3pqbSvOqgI&ab_channel=ClubeNavalSEDESOCIAL. Acesso em 21/08/2023.

Era preciso que outros grupos acessassem, pois esse software poderia falhar, conforme Pagliusi. Em certo momento, ele exibe um vídeo no qual apresenta o risco de invasão de *hackers*, a quebra de sigilo dos votos e a mudança de todos os votos computados em uma urna. O recurso aqui é simples, e é bastante comum nos discursos negacionistas: fazer generalizações de casos particulares, verdadeiros, reais, mas que se extrapolados do seu contexto micro e particular, não fazem nenhum sentido.

As urnas de primeira geração não ofereceriam ao eleitor a verificação do seu voto (comprovante e controle físico). O que existia, segundo ele, era uma fé cega nos servidores públicos do TSE e no controle exercido sobre as urnas. A não revelação dos códigos levava a uma dependência da confiabilidade do software. Pagliusi considerava imprescindível modernizar a urna eletrônica no Brasil para sairmos da obscuridade. Chegou a comparar o sistema de votação com outros países, tais como Alemanha e Índia, os quais já teriam transformado seus sistemas de urna eletrônica e ultrapassado a tecnologia brasileira. Num dos seus slides, escreve: “Brasil permanece como o único país do mundo a adotar sistema de votação sem verificação independente de resultados.”

A falta de transparência do TSE apontada pelo Gal Pradal seria resolvida com a contratação de uma empresa nacional para realizar os testes com as urnas eletrônicas.⁷⁹ Segundo ele, o TSE não tinha especialistas para executar os testes e auditorias necessárias, e a contratação de algumas empresas estrangeiras causava a sua suspeita. O fato é que, como o próprio Gal Hamilton Mourão havia dito em palestra na Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), as urnas eram objeto de análise dos próprios militares: “Eu tenho estudado bastante essa questão e volto a repetir: o departamento da Ciência e Tecnologia do Exército está envolvido nisso aí. Se eles me disserem que podemos ficar tranquilos, a gente fica tranquilo; se não, vamos criar caso”.⁸⁰ Engenheiros militares participaram nos anos 1990 da construção das primeiras urnas eletrônicas no Brasil. Eles

⁷⁹ Os testes e auditorias nas urnas eletrônicas aconteceram em 2017. Foi um episódio relevante para prever o que viria no ano seguinte. Diego Aranha foi um dos especialistas em urnas eletrônicas a participar destes testes e notabilizou-se por rebater publicamente o discurso bolsonarista de fraude nas urnas. Em certo momento, Pagliusi citaria o livro *O mito da urna: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica* (2017), de Jeroen van de Graaf, além das pesquisas feitas pelo professor Diego Aranha. Uma pesquisa focada sobre esse assunto poderá esclarecer melhor a aproximação dos militares nesse debate das urnas eletrônicas.

⁸⁰ O pronunciamento do Gal Mourão na ADESG está no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HqpKNTECDMI&ab_channel=RepublicadeCuritiba. Acesso em: 05/11/2023.

também são responsáveis também pela operacionalidade das urnas.⁸¹ É curioso reparar na omissão desse fato nas apresentações no Clube Naval.

O Gal Pradal não deixa de citar o risco de os resultados serem previamente memorizados pelas empresas contratadas de telecomunicações no momento de transportar as urnas até as sedes de apuração. A confiabilidade nos resultados dependeria, assim, de uma outra estratégia: permitir que outras empresas conferissem e recontassem os votos nas urnas. Pagliusi citaria como exemplo a ser seguido um trabalho prestado por uma empresa jurídica sua ao Clube Naval, no qual seguiu-se o que chamava de “princípio da auditabilidade” da urna e da transmissão. Neste momento, o que ele faz, na verdade, é comparar os incomparáveis. Usa uma amostra pequena para tirar conclusões amplas. Não se pode comparar a gestão de urnas de um clube com eleições gerais de uma nação.

As considerações do Gal Pradal e Pagliusi aproximam-se quando sustentam o voto em papel. O primeiro acredita que o TSE simplesmente não quis correr esse risco nas eleições de 2018. O eleitor veria na urna o seu voto e nas mãos verificaria o que seria o atestado da fraude. Já o segundo, escreveria num dos slides de apresentação: “defendemos a reintrodução do voto impresso como mecanismo simples de verificação de integridade dos resultados de eleições.” O boletim da urna, documento impresso de apuração final dos votos feita na seção eleitoral, não significava algo relevante para ambos. A discussão do voto impresso como um garantidor não era nenhum consenso mesmo entre alguns cientistas especialistas no tema.⁸² O Gal Pradal sugere a alteração do número de registro dos partidos políticos a cada eleição. Certamente, seria um prejuízo para alguns partidos identificados simbolicamente ao longo de sua história com um número. O Gal Pradal considerava que o TSE já teria agido antecipadamente para alterar os valores desses boletins de urna e enganar o eleitor.

As observações do Gal Pradal e de Pagliusi quanto ao TSE e à legitimidade das eleições de 2018 apontam para uma visão negacionista mais sofisticada do processo. Não vejo discurso de ódio. As suas argumentações são mais apuradas e equilibradas, não podem ser comparadas ao tom presente nos textos dos generais Rocha Paiva, Muniz Costa ou Purper Bandeira, por exemplo. Em alguma medida, são razoáveis por conterem uma crença na evolução da tecnologia das urnas. Como diz Marcos Napolitano (2021, p. 97), os discursos negacionistas “querem se passar por científicos”. A mistura de informações factuais (por

⁸¹ O jornal *Estado de S. Paulo* mostrou em um levantamento histórico a participação de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica na elaboração das primeiras urnas eletrônicas no país. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/atacada-por-bolsonaro-urna-eletronica-teve-militares-entre-seus-inventores/>. Acesso em: 05/11/2023.

⁸² Diego Aranha, em entrevista à BBC, apresentou um pouco sobre esse dissenso entre os pesquisadores. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58152337>. Acesso em 08/10/2023.

exemplo, de fato, o eleitor não sacava um comprovante impresso de seu voto) com preocupações razoáveis (a modernidade das urnas) e discursos ideológicos (sintetizado no aparelhamento do TSE)⁸³ faziam com que ultrapassassem limites, e isso é bastante óbvio: “expresso minha preocupação pelo resultado das urnas. Somos uma nação não republicana”, afirmava o Gal Pradal. Num dos slides de apresentação de Pagliusi, lê-se: “conjunto de fragilidades e vulnerabilidades fornece evidências materiais para preocupações. Pode-se concluir que não houve incremento significativo nas propriedades de segurança fornecidas pelo software da urna eletrônica nos últimos 16 anos.”

É sintomático um evento como esse há um mês das eleições. É uma prova de como os militares alimentavam a rede negacionista com discursos bem elaborados e com fundamentos construídos na ciência, pesquisa e tecnologia. O ponto de partida pode parecer plausível, as constatações podem fazer algum sentido, mas dentro de um contexto no qual as eleições se aproximavam e diante de conclusões preditoras da ameaça de um comprometimento da lisura do processo eleitoral, apenas endossava o que Bolsonaro, ao longo da campanha eleitoral, dizia sobre não aceitar um resultado negativo das urnas (BENTIVOGLIO; BRITO, 2020, p. 166). São argumentos que militares e bolsonaristas podiam se apropriar para levantar suspeitas e negar a validade das eleições caso seu candidato não vencesse.

A questão é: por que os militares opinam sobre as eleições e os procedimentos utilizados? Por que sentem-se à vontade para discutir a legitimidade das eleições? Por que desferem ataques ao principal tribunal nacional responsável pela segurança do processo de votação? Por que escrevem, gravam vídeos e dão palestras questionando o sistema eleitoral? Por que vêm a si mesmos como autoridades no assunto? Por que acham que podem sugerir o que as instituições competentes devem fazer em um ano de eleições?

Caracterizo esse tipo de discurso negacionista sobre as urnas eletrônicas em pleno ano eleitoral não apenas como polêmico, mas conspiratório e com a intenção de tencionar um debate que tinha poucos consensos, além de alimentar a rede bolsonarista predisposta a acreditar no discurso da fraude das urnas e compartilhá-lo a outros eleitores.⁸⁴ Na minha

⁸³ Como disse Piero Leirner (2021a, p. 123), “a campanha de Bolsonaro conseguiu emplacar a ideia de que o Estado ainda estava sob o domínio do PT”. O TSE era, para muitos militares, uma herança maldita dos anos de governos petistas. Aos olhos do Cel Muniz Costa, no decurso das campanhas, “o bolivarianismo lulista (...) continua à solta” (2018, n. 470, p. 39), e depois, com o governo de Bolsonaro já eleito, o aparelhamento de instâncias públicas e privadas se mantinha (2018, n. 471, p. 27). É como se o candidato “anti-sistema” continuasse nessa posição mesmo depois de eleito.

⁸⁴ Além das urnas, havia uma negação das pesquisas de opinião. O Gal Clovis Purper Bandeira (2018, n. 470, p. 03) falava sobre “o viés das pesquisas eleitorais”. As pesquisas de intenção de voto eram, para ele, “apenas um indicador instantâneo”, “úteis para dar direções e tendências”. Enquanto Lula liderava as pesquisas de intenção de voto, os institutos de pesquisa eram rejeitados por representarem uma suposta aliança com o candidato na liderança.

interpretação, o que a revista do Clube Militar buscava com a veiculação desse tema na sua edição e, principalmente, com o evento organizado entre os três clubes das três forças, era disseminar um sentimento de desconfiança e uma aversão aos processos e procedimentos democráticos.

Desse modo, meu argumento é que intervieram nas eleições de 2018 colocando elementos que levavam a uma suspeita do processo eleitoral. Os militares inseriram uma série de argumentos que colocavam em dúvida as eleições e esperavam que esse argumento tencionasse junto das discussões públicas que aconteciam. Ao mesmo tempo em que criaram uma percepção sobre as urnas e as eleições, colocaram-se a todo momento como a salvaguarda necessária para que tudo ocorresse bem, ou seja, seriam os únicos que poderiam garantir uma vigilância pelas suas preocupações, capacidade e características de corporação supostamente sem ideologia.

Por fim, quero me distanciar da ideia de “omissão civil” formulada no pensamento social. José Murilo de Carvalho foi um dos representantes a ajudar a elaborar essa interpretação, e apesar das suas importantes pesquisas e contribuições para os estudos militares, é responsável por afirmações do tipo: “a omissão civil (...) contribui para a volta dos militares ao governo” (CARVALHO, 2005, p. 152). Discordo dessa visão que justifica as aventuras golpistas dos militares em razão da “omissão civil”.⁸⁵

A omissão da sociedade, da academia e dos políticos pelos temas militares levaria, paradoxalmente, a uma vontade intervencionista. Há que reconhecer que certos temas são caros aos militares. Sensíveis e fechados na corporação, esses temas não são compartilhados ou abertos para uma maior participação civil. As licitações, as contratações de empresas terceirizadas para determinados serviços, a estrutura da hierarquia militar e os currículos das escolas de formação são alguns exemplos. A responsabilidade pelas intervenções militares não é do povo brasileiro.

Considero estranha e inocente uma afirmação como essa, a qual desresponsabiliza a própria instituição militar pelas suas ações.

⁸⁵ José Murilo de Carvalho repensou essa ideia a partir dos protestos de 2013, o contexto de crise, os discursos públicos do general Hamilton Mourão, a eleição de Bolsonaro e a composição de um governo apinhado de militares. Ele escreveu um posfácio na reedição do mesmo livro de 2005 no qual pontuou os esforços dos civis e políticos no sentido de aproximar-se do mundo dos militares. Cético quanto às mudanças internas produzidas nas três forças, José Murilo de Carvalho definiu histórica e sociologicamente as Forças Armadas, diferente do que acontece em outros países, enquanto um “poder tutelar dos governos” - desde 1930 (CARVALHO, 2019, p. 22-23). É um importante retorno às suas interpretações produzidas no passado e informadas pelo presente.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou mostrar os meandros da campanha de 2018, as alianças entre a reserva e outros grupos de direita, as estratégias de disseminação dos textos, as características do grupo de oficiais da reserva, o tipo de discurso adotado, os temas considerados relevantes, os problemas que os aproximavam/ distanciavam, a incorporação de um certo negacionismo o qual interferiria diretamente na percepção pública sobre o sistema de votação, e, por fim, a relação entre o Clube Militar, a ativa e o seu comandante, Villas Bôas.

A reserva, talvez pelo seu próprio histórico de críticas aos governos do PT, foi utilizada estrategicamente pelo exército. Mourão, general ainda da ativa, desde 2017 cogitava liderá-los a partir do principal clube de reservistas do país. Sua posse sem disputas no Clube Militar dava sinais de uma trama consciente e um vínculo forte entre ativa e reserva. A proximidade entre a maioria dos generais e Bolsonaro foi tecida no interior do mundo dos militares desde muito antes das eleições de 2018 (BENTIVOGLIO; BRITO, 2020, p. 164). Era um consenso do qual raros militares vinham a público demonstrar seu descontentamento em relação ao apoio dado pela corporação. O apoio se tornou campanha em 2018. E o processo desencadeado ativou uma militância digital dos fardados.

Na última edição da revista (CLUBE MILITAR, 2018, n. 471), já com a vitória de Bolsonaro, o presidente Eduardo José Barbosa sintetizava a disputa eleitoral daquele ano para o Clube: “mais um ano se encerra e, com ele, um período em que o Brasil foi submetido a mais uma tentativa de imposição de uma doutrina socialista”. O “cidadão de bem”, para ele, havia vencido. A última edição do ano é dedicada a festejar a chapa Bolsonaro-Mourão. Suas carteirinhas de associados do Clube Militar estampavam a revista.

FIGURA 2 - Carteirinha de associado de Bolsonaro



FONTE: Revista do Clube Militar, n. 469, 2018.

FIGURA 3 - Carteirinha de associado de Mourão

NOME: ANTONIO HAMILTON MOURÃO		RANK: CAPELÃO	
ARMADA: ARTILHARIA		DATA/NASCIMENTO: 15/08/1953	
LOCAL ONDE SERVE: PROS/RS 214		CART. Nº: 32.337	
CART. Nº: 31.042-A		FOTO	
CIDADE: P. ALBERTO		ESTADO: RS	
ESTADO CIVIL: casado		RESIDÊNCIA/TELEFONE: 91-20-510-RS	
FILIAÇÃO: 1010Apt-2022		Pai: ANTONIO HAMILTON MOURÃO	
Mãe: WANDA CORONEL MARTINS		CART. Nº: 31.042-A	

FONTE: Revista do Clube Militar, n. 471, 2018.

O Gal Puper Bandeira (2018, n. 471, p. 03) voltava a escrever para dizer que Bolsonaro havia ganhado “apesar da campanha insidiosa e mentirosa de grande parte da mídia, dos institutos de pesquisa, dos formadores de opinião, dos donos da verdade (...)”. Era o retorno, mais uma vez, do discurso do “nós contra eles”, característico naquelas eleições. Nesse tipo de argumentação, o capitão e deputado federal venceu contra tudo e contra todos, elegeu-se mesmo “sem tempo de televisão, sem verbas públicas (...) apoiado por dois pequenos partidos, atacado e caluniado por todo o restante do mundo político (...)”. Esse era um discurso que não correspondia à realidade, mesmo que fosse razoável pensar que de fato não havia tempo de TV. Já demonstramos anteriormente a maneira como foram compensadas essas fragilidades, pensando sobretudo a partir do ponto de vista dos militares.

O restante do texto do Gal Puper Bandeira reafirmava ou dava continuidade às mentiras alimentadas durante o período da campanha. É curioso como ele não escondia, mas tentava diminuir ou esvaziar a estratégia utilizada na campanha: para ele, Bolsonaro venceu “utilizando redes sociais da internet e filmetes feitos com câmera de telefones celulares postados na rede, sem marqueteiros”.

Uma das intenções desta pesquisa foi desconstruir esse tipo de discurso presente ao longo da campanha, pois escondia a verdadeira máquina de campanha pró-Bolsonaro. A partir de alguns indícios, é possível afirmar a significativa participação dos militares da reserva numa estratégia de campanha.

Evidentemente, os oficiais da reserva não totalizam o significado dessa máquina de propaganda política. O que fizemos foi apenas tentar atrelá-los à plataforma de comunicação do exército que já existia e que seria fundamental para alimentar as chamadas “redes

bolsonaristas”. Como disse Purper Bandeira, em tom de comemoração: “nós, que ajudamos modestamente na criação do clima que levou a este final de ano histórico e inesquecível”.

A “ajuda modesta” que o general cita incluía os textos publicados na revista do Clube Militar e reproduzidos em outras plataformas digitais - “atingindo bem mais do que nossos mais de 39.000 sócios espalhados por todo o país”, como deixava revelar. Incluo nessa equação a realização de palestras e outros tipos de eventos dentro do Clube Militar, além das participações especiais de alguns oficiais da reserva em encontros organizados por grupos de direita.

Seja como for, a pesquisa aponta para a responsabilidade dos militares na campanha de Jair Bolsonaro. Eles não estiveram ausentes, a decisão partiu inclusive do alto comando. Distintos grupos militares foram integrados num mesmo objetivo, e Mourão, ao assumir a presidência do Clube Militar, serviu como uma espécie de liderança da reserva. Esse capítulo da história não aparece no texto do Gal Purper Bandeira e nem de outro militar. A função do historiador é justamente juntar os fragmentos dispersos no tempo e construir uma explicação sobre um processo ainda mal compreendido.

Há pessoas que ainda lêem a eleição de Bolsonaro em 2018 como um evento extraordinário. Para mim, desde 2018 foi se construindo uma tentativa de criar um mito em torno da eleição de Bolsonaro. E isso escondeu, no meu modo de ver, a própria campanha que ajudou a elegê-lo. Esse é um problema para os historiadores resolverem e buscarem explicações.

Os oficiais da reserva atuaram comunicando ideias, provocando sentimentos e estabelecendo um vínculo com os eleitores. Volto a repetir, eles não expressam a totalidade dessa explicação, mas são importantes porque agiram também formulando desde o período da campanha a mística do candidato que venceu sem precisar estar nas ruas, sem participar dos debates na TV, sem dinheiro, enfim, sem estrutura de campanha política. Essa monografia é uma tentativa de contribuir um pouco para essa desmistificação.

O Gal Purper Bandeira nessa sua última participação no ano de 2018 expressava essas ideias e ainda deixava antever que as coisas não terminariam naquelas eleições. Ele antecipava o confronto contra as esquerdas e, especificamente, o PT. Essa postura seguiria no novo governo porque, como ele afirmava, a oposição vencida era uma “organização criminosa” e havia vencido em alguns estados do Nordeste pela suposta dependência criada com o “bolsa esmola”.⁸⁶ Concordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2019) quando ele sugere estar em curso um elemento novo nos discursos das direitas brasileiras. Trata-se da

⁸⁶ Forma pejorativa de chamar o programa social Bolsa Família.

relação entre organizações criminosas e as esquerdas. Os generais de reserva Purper Bandeira, Rocha Paiva, Muniz Costa, entre outros, ao longo de 2018, fizeram associações que convergem para essa nova configuração de antipetismo e anticomunismo atualizado no séc. XXI. Cogito a possibilidade dessas articulações já estarem presentes entre os grupos militares antes mesmo que os diferentes grupos da direita se apropriassem desse repertório. Sem dúvida, é um fenômeno que merece a atenção especial dos historiadores.

FONTES

AQUINO, Alte Sergio Tasso Vásquez de. Um severo teste de sobrevivência é imposto à incipiente democracia brasileira. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 469, 2018.

AQUINO, Alte Sergio Tasso Vásquez de. Os óbices para a democracia no Brasil. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

BANDEIRA, Gal Clovis Purper. Eleições ao Vento. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

BANDEIRA, Gal Clovis Purper. O pensamento do Clube Militar - Histórico e Inesquecível. Rio de Janeiro, n. 471, 2018.

BRASIL. Exército. *Diretriz do Comandante do Exército: 2017-2018*. Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília, DF, 2017.

CARDOSO, Gal Alberto Mendes. Ensinamentos da Liderança Militar. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

CASTRO, Celso (Org.). *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CLUBE MILITAR. Eleições no Clube Militar 2018. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 469, 2018.

CLUBE MILITAR. Painel "Segurança nas Urnas Eletrônicas e Segurança da Informação Digital". *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

CLUBE MILITAR. Momento histórico. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 471, 2018.

COSTA, Cel Sérgio Paulo Muniz. Às urnas! *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

CUPERTINO, Gal José Mauro Moreira. Tentar! Ajudar! Começar! Mudar! *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

FLORES, Alte Mario Cesar. A arquitetura da defesa no Brasil. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 468, 2018.

FLORES, Alte Mario Cesar. A política e a base conceitual da Defesa. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

LESSA, Gal Luiz Gonzaga Schroeder. Estimado amigo Gen Villas Bôas. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 471, 2018.

MOURA, Ten Cel Cesar Augusto Lima Campos de Moura. Por que estamos nas mídias sociais? A estratégia do Exército Brasileiro. *EBlog*, 08/06/2022. Acesso em 19/01/2023.

PAIVA, Gal Luiz Eduardo Rocha. Intervenção não. Honestidade, competência e autoridade sim. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 469, 2018.

PAIVA, Gal Luiz Eduardo Rocha. Conquista do poder - Trampolim para o Regime Socialista. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

SANTA ROSA, Gal Maynard Marques de. Procurando o rumo. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 468, 2018.

SANTA ROSA, Gal Maynard Marques de. Aprimoramento Institucional e Federalismo Pleno. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 469, 2018.

SANTOS, Cel Marco. Confiança nas Forças Armadas. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 469, 2018.

SOUZA, Ten Cel Paulo Onofre Silva de. As mídias sociais do exército e o gerenciamento de crises. *EBlog*, 27/03/2017. Acesso em 19/01/2023.

VILLAS-BÔAS, Gal Eduardo Dias da Costa. Defesa para quê? *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 470, 2018.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação. *Anuario de la Escuela de Historia*, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, n. 32, out., 2020.
- AGGIO, Camilo de O. *Campanhas políticas e redes sociais digitais: um estudo sobre o uso do twitter nas eleições presidenciais de 2010*. 2014. 243p. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014.
- ALBUQUERQUE, Afonso; ALVES, Marcelo. Perda da hegemonia da imprensa: a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, pp. 5-24, 2019.
- ALVES, Marcelo. Redes de campanha na eleição do Rio de Janeiro em 2016. *Compólitica*, v. 7, n. 2, pp. 87-120, 2017.
- AMORIM NETO, Octavio.; ACÁCIO, Igor. De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob Bolsonaro. *Journal of Democracy em Português*, v. 9, pp. 1-29, 2020.
- AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. Apresentação - Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, pp. 13-36, 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, pp. 149-164, 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Orgs.). *Do fake ao fato: (des) atualizando Bolsonaro*. Vitória: MilFontes, 2020.
- BENTIVOGLIO, Julio; BRITO, Thiago Vieira. Bolsonaro e a crise da Nova República: a política como conspiração. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Orgs.). *Do fake ao fato: (des) atualizando Bolsonaro*. Vitória: MilFontes, 2020.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. Barcelona: Olmak Trade S.L., 2015.
- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 26, pp. 7-62, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019 .
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. *A revista do Clube Militar como palco político: disputas no pré-1964*. Dissertação (mestrado) em Sociologia - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2020.
- CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultural: o olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

CLUBE MILITAR (org.). *Por um país melhor!* Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Clube Militar, 2015.

CORBELLINI, Juliano; MOURA, Maurício. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CRUZ, Fernando Brito; KIRA, Beatriz; MASSARO, Heloisa. *Um raio-X do marketing digital dos presidencialistas*. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/informacao-epolitica/um-raio-x-do-marketing-digital-dos-presidenciais/>. Acesso em 14/09/2023.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 39 - 79, 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, pp. 05 – 22, 2012.

EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESTATUTO do Clube Militar: a casa da República. Rio de Janeiro, 2007.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente: eventos traumáticos e documentos sensíveis. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp. 45-59, 2012.

GODOY, Marcelo. Para “guru”, Bolsonaro fazia “jogo” da esquerda. *Estadão*, fev., 2019. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190224-45785-nac-12-pol-a12-not>. Acesso em 22 de abril de 2023.

_____. Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

JENKINS, Henry. *Convergence culture: la cultura de la convergencia en los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2008.

LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete: Clube Militar. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. FGV/CPDOC, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>. Acesso em: 09 fev. 2023.

LEIRNER, Piero de Camargo. Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021a.

_____. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

_____. *Mini-manual da hierarquia militar: uma perspectiva antropológica*. São Carlos: Col. IndePub/SC, 2020.

_____. Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 53, pp. 83-114, 2021b.

_____. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

- LEMOS, Renato. A militarização da democracia no Brasil: muito além das armas. *Notas de pesquisa*, 2019.
- LIMA, Sued. A formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 18, n. 37, pp. 199-215, 2022.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARIOTTI, Antonio C. E.; NASCIMENTO, Carlos G. B. A comunicação estratégica e a sua sistematização no exército brasileiro. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., pp. 43-58, 2021.
- MELLO, Wallace da Silva. Análise do pensamento conservador culturalista do Exército no Brasil. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 18, n. 37, pp. 187-212, 2022.
- MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Orgs.). *Do fake ao fato: (des) atualizando Bolsonaro*. Vitória: MilFontes, 2020.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração? *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 50, pp. 233-258, 2022.
- MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.
- MITOZO, Isabele; MONT’ALVERNE, Camila. Muito além da mamadeira erótica: As notícias compartilhadas nas redes de apoio a presidenciáveis em grupos de WhatsApp nas eleições brasileiras de 2018. *Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: <compolitica.org/novo/anais/2019_gt4_Montalverne.pdf> Acesso em: 08 ago. 2023.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.
- _____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- _____. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *Novos combates pela história: Desafios – Ensino*. São Paulo: Contexto, 2021.
- NETO, Manuel Domingos. Fileiras desconhecidas. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- OLIVEIRA, Andrielly N. L. S. A Revista do Clube Militar: a voz das Forças Armadas pós-ditadura militar. *XII Encontro da ANPUH*, Mato Grosso do Sul, 2014.

_____. *Entre memórias: Ditadura, Anistia e MST na Revista do Clube Militar (1985-2010)*. Dissertação (mestrado) em História - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação. Cuiabá, 2016.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro. A identidade “sitiada”: a Comissão Nacional da Verdade na revista do Clube Militar. *Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, pp. 1-23, 2022.

OYAMA, Thaís. *Tormenta - o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PASQUINO, Gianfranco. Grupos de pressão. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB Editora, 1998.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia hist.*, vol. 31, n. 57, pp. 863-902, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Daniel Pinha. Sérgio Moro negacionista? Operação Lava-Jato, transparência atualista e negação da política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n. 87, pp. 135-159, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.

RAPOSO, Eduardo; SANTOS, Everton. *A elite do exército*. Perspectivas, São Paulo, v. 53, pp. 59-79, 2019.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *Os onze: O STF, seus bastidores e suas crises*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ROCHA, Camila. O processo de consolidação da nova direita na cena cultural e no sistema político (2016-2018). In _____. *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*; Rio de Janeiro: Caminhos, 2021.

ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1990.

SAINT-PIERRE, Héctor. “Temos Forças Armadas para defender os interesses dos EUA”. Entrevista concedida a Ana Penido. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Ativismo e extrema-direita no meio militar: tensões e discursos que antecedem o bolsonarismo (1984-1998). *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 2, pp. 277-294, 2021a.

_____. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil - militares, forças armadas e política. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021b.

_____. *Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2015.

SANTOS, Marcelo Alves dos. *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2019.

SANTOS, Matheus Rodrigues dos. “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”: uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge. “A palavra convence e o exemplo arrasta”. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

VALIM, Patricia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult*, São Paulo, pp. 1-5, 2020.

VIANA, Natália. *Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública*. São Paulo: Objetiva, 2021.

VICTOR, Fabio. *Poder camuflado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WORTMEYER, Daniela. *O desenvolvimento de valores morais na socialização militar: entre a liberdade subjetiva e o controle institucional*. Tese (Doutorado) em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2017.